



# Periodismo na cidade do Rio Grande: estudos históricos

**FRANCISCO DAS NEVES ALVES**

**121**



UNIVERSIDADE  
**AbERTA**  
[www.ua.pt](http://www.ua.pt)

Cátedra CIPSH  
de Estudos Globais  
2020-2025





# **Periodismo na cidade do Rio Grande: estudos históricos**



COLEÇÃO  
RIO-GRANDENSE



## CONSELHO EDITORIAL/CIENTÍFICO

**Alvaro Santos Simões Junior**

- Universidade Estadual Paulista – Assis -

**António Ventura**

- Universidade de Lisboa -

**Beatriz Weigert**

- Universidade de Évora -

**Carlos Alexandre Baumgarten**

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul -

**Ernesto Rodrigues**

- CLEPUL – Universidade de Lisboa -

**Francisco Gonzalo Fernandez Suarez**

- Universidade de Santiago de Compostela -

**Francisco Topa**

- Universidade do Porto -

**Isabel Lousada**

- Universidade Nova de Lisboa -

**João Relvão Caetano**

- Cátedra CIPSH de Estudos Globais (CEG) -

**José Eduardo Franco**

- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

**Maria Aparecida Ribeiro**

- Universidade de Coimbra -

**Maria Eunice Moreira**

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul –

**Maria Cristina Firmino Santos**

- Universidade de Évora -

**Vania Pinheiro Chaves**

- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco das Neves Alves

# Periodismo na cidade do Rio Grande: estudos históricos



INTERNATIONAL COUNCIL FOR PHILOSOPHY AND HUMAN SCIENCES  
CONSEIL INTERNATIONAL DE PHILOSOPHIE ET DES SCIENCES HUMAINES

UNIVERSIDADE  
**AbERTA**   
[www.uab.pt](http://www.uab.pt)

**Cátedra CIPSH  
de Estudos Globais**  
2020-2025



**Biblioteca Rio-Grandense**

Lisboa / Rio Grande  
2026

## **DIRETORIA DA CÁTEDRA DE ESTUDOS GLOBAIS DA UNIVERSIDADE ABERTA/CIPSH/UNESCO**

### **DIREÇÃO:**

José Eduardo Franco (Coord)  
Carla Oliveira  
Cécile Méadel  
Fabrice d'Almeida  
João Luís Cardoso  
José Ignacio Ruiz Rodríguez  
Valérie Dévillard  
Pierre-Antoine Fabre

### **COMISSÃO PEDAGÓGICA:**

João Relvão Caetano (Coord.)  
Darlinda Moreira  
Jeffrey Scoot Childs  
Rosa Sequeira  
Sandra Caeiro

### **ASSESSORIA EXECUTIVA:**

Cristiana Lucas (Coord.)  
José Bernardino  
Milene Alves  
Paula Carreira  
Susana Alves-Jesus

## **DIRETORIA DA BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE**

**Presidente:** Francisco das Neves Alves  
**Vice-Presidente:** Pedro Alberto Távora Brasil  
**Diretor de Acervo:** Ronaldo Oliveira Gerundo  
**1º Secretário:** Luiz Henrique Torres  
**2º Secretário:** Marcelo França de Oliveira  
**1º Tesoureiro:** Valdir Barroco  
**2º Tesoureiro:** Mauro Nicola Póvoas

### **Ficha Técnica**

- Título: Periodismo na cidade do Rio Grande: estudos históricos
- Autor: Francisco das Neves Alves
- Coleção Rio-Grandense, 121
- Composição & Paginação: Marcelo França de Oliveira
- Cátedra de Estudos Globais da Universidade Aberta/CIPSH/UNESCO
- Biblioteca Rio-Grandense
- Lisboa / Rio Grande, Fevereiro de 2026

ISBN – 978-65-5306-077-7

**CAPA:** BISTURI. Rio Grande, 3 fev. 1889

### **O autor:**

Francisco das Neves Alves é Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e realizou Pós-Doutorados junto ao ICES/Portugal (2009); à Universidade de Lisboa (2013), à Universidade Nova de Lisboa (2015), à UNISINOS (2016), à Universidade do Porto (2017), à PUCRS (2018), à Cátedra Infante Dom Henrique/Portugal (2019), à UNESP (2020) e à Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII (2021). Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou mais de trezentos livros.





# SUMÁRIO

Discurso e conflito discursivo: um estudo de caso  
no periodismo rio-grandino / 11

A imprensa diária rio-grandina ao final do século  
XIX: entre o discurso político-partidário e a  
sustentação econômica / 35

A pequena imprensa rio-grandina no século XIX:  
um breve histórico / 51

História regional e imprensa no Rio Grande / 67

A imprensa como fonte para a História do Porto e  
da Barra do Rio Grande: breve estudo de caso  
sobre as edições especiais do *Eco do Sul* (1912-  
1915) / 89



## **Discurso e conflito discursivo: um estudo de caso no periodismo rio-grandino**

Fazendo parte do desenvolvimento da maior parte das sociedades contemporâneas, a imprensa ganhou de forma crescente o status de “fonte histórica”, posição, nos últimos anos, já completamente consolidada. Pouco a pouco foram vencidos os preconceitos contra os jornais como alvos da investigação histórica, em nome de um caráter supostamente tendencioso que esse tipo de fonte teria. Passou-se a observar que essas tendências do jornalismo – característica também presente na maior parte dos documentos – poderiam ser detectadas pelo historiador, o qual teria condições de filtrar as informações prestadas pelos jornais, ou ainda, de transformar esse caráter opinativo (ou tendencioso) em objeto de análise.

Nesse quadro, desde que existe uma disciplina como a História, os pesquisadores a ela ligados têm se servido de documentos, interrogando-se a seu respeito e indagando-lhes não apenas o que eles queriam dizer, mas se eles diziam a verdade, e com que direito podiam pretendê-lo, se eram sinceros ou falsificadores, bem informados ou ignorantes, autênticos ou alterados. Mas cada uma dessas questões e toda essa grande inquietude crítica apontavam para um mesmo fim: reconstituir, a

partir do que dizem tais documentos – às vezes com meias-palavras –, o passado de onde emanam e que se dilui, agora, bem distante deles; o documento sempre era tratado como a linguagem de uma voz agora reduzida ao silêncio, bem como seu rastro frágil mas, por sorte, decifrável. Ora, por uma mutação, a história mudou sua posição acerca do documento, ela considera como sua tarefa primordial, não interpretá-lo, não determinar se diz a verdade nem qual é seu valor expressivo, mas sim trabalhá-lo no interior e elaborá-lo; ela o organiza, recorta, distribui, ordena e reparte em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações<sup>1</sup>.

As análises históricas empreendidas a partir do estudo da imprensa devem levar em conta que o jornal constitui um construtor de discursos, de modo que apresenta uma dada realidade de acordo com a perspectiva dos responsáveis pelo periódico. Desse modo, o historiador tem de tomar uma série de cuidados ao entabular sua pesquisa, sendo um dos mais importantes o melhor conhecimento do contexto histórico da época alvo de interpretação. Nessa linha, para uma abordagem qualitativa da imprensa é necessária uma seleção judiciosa, cuja principal medida para defini-la é a própria qualidade do historiador, quer seja, o seu conhecimento sobre o período, a sua preocupação, nas citações que seleciona ou descarta, e o

---

<sup>1</sup> FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 7.

cuidado em não ser guiado por sua personalidade ou ideologia, mas pelas prática do seu ofício<sup>2</sup>.

De acordo com essa perspectiva, o historiador deve aperceber-se que o jornal metaboliza uma determinada realidade, empreendendo a formação de um discurso próprio. O que pertence propriamente a uma formação discursiva e o que permite delimitar o grupo de conceitos, embora discordantes, que lhe são específicos, é a maneira pela qual esses diferentes elementos estão relacionados uns aos outros: a maneira, por exemplo, pela qual a disposição das descrições ou das narrações está ligada às técnicas de reescrita; a maneira pela qual o campo de memória está ligado às formas de hierarquia e de subordinação que regem os enunciados de um texto; a maneira pela qual estão ligados os modos de aproximação e de desenvolvimento dos enunciados e os modos de crítica, de comentários, de interpretação de enunciados já formulados<sup>3</sup>.

Assim, na busca das inter-relações extra-discursivas e intra-discursivas na interpretação dos jornais, a imprensa está à disposição dos pesquisadores para empreender análises de vários dos elementos constitutivos que marcam a existência humana, sejam eles o social, o político, o econômico, o ideológico, o religioso, o cultural, entre outros. No que tange à história política, o jornalismo constitui uma fonte ímpar, deixando transparecer de modo menos ou mais velado/aberto as ações, as alianças, os conchavos, os

---

<sup>2</sup> BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 196.

<sup>3</sup> FOUCAULT. p. 66.

desmandos, as disputas, as críticas e as idiossincrasias que demarcam a vida política de uma dada comunidade, ainda mais se for comparado o conteúdo dos jornais com o dos documentos ditos oficiais e seu caráter muitas vezes lacônico nas referências à política.

O jornal é um meio escrito de comunicação social através do qual um editor coloca, em prazos fixos, à disposição do público leitor, informação, cultura e propaganda sobre as mais diversas situações e acontecimentos produzidos na realidade social. O jornalismo tornou-se um elemento fundamental do mundo contemporâneo e têm-se buscado origens e antecedentes remotos, mas foi realmente na era industrial que ele começou a vigorar como instituição básica da convivência social e política. Essa história ganha a etapa de maior fulgor ao se constituir o jornalismo em instrumento ideológico de relevo. Com a política, relaciona-se um dos períodos mais brilhantes da história do jornalismo – sobretudo com a política de oposição, já que o jornal alcança maior relevo como força política oposicionista que como força política de propaganda<sup>4</sup>.

O discurso político, enquanto uma entre as várias práticas que fazem parte do universo da política, constitui, por excelência, o material cuja análise revelaria a forma através da qual indivíduos concretos constituem sujeitos da ação política e, enquanto tal, são chamados a legitimar um projeto político e uma determinada concepção de seu lugar na sociedade, de modo que no

---

<sup>4</sup> TRASMONTE, Baldomero Cores. Jornal. In: SILVA, Benedicto. *Dicionário de Ciências Sociais*. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1987. p. 646.

discurso é aberto um espaço para a ação política<sup>5</sup>. As inter-relações entre imprensa e política demonstram um dos pontos fundamentais de articulação em direção a uma construção discursiva por meio do jornalismo, ainda mais ao se tratar do século XIX, época de significativos embates no campo político-partidário e da imprensa escrita como o mais importante meio de comunicação à disposição das populações<sup>6</sup>.

Uma das mais marcantes características do jornalismo, mormente ao longo do século XIX, esteve ligada ao embate político e/ou partidário empreendido através das folhas, de modo que esse tipo de disputa constituiu um fator essencial para as várias etapas de avanço das atividades jornalísticas. Dava-se então a sustentação, por meio dos jornais, de um conflito discursivo, pelo qual um dado discurso de uma folha tendia a servir a um processo de legitimação das formas de agir e pensar do aliado, ao passo que deslegitimava as do adversário. Nesse contexto de confrontos, os

---

<sup>5</sup> DEBERT, Guita Grin. *Ideologia e populismo*. São Paulo: T.A. . Queiroz, 1979. p. 26.

<sup>6</sup> Alguns pressupostos teórico-metodológicos envolvendo imprensa e política podem ser observados em: ALVES, Francisco das Neves. Imprensa, história e política: uma proposta metodológica ao debate sobre o tema no contexto brasileiro do século XIX. *Revista Comunicação & política*. v. 6. n. 1. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos, 1999. p. 245-57.; e ALVES, Francisco das Neves. Imprensa e política: algumas reflexões acerca da pesquisa histórica. *História em Revista* – Revista do Núcleo de Documentação Histórica do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas. v. 7. Pelotas: Ed. da UFPEL, 2001. p. 93-115.

personagens políticos transformar-se-iam em atores principais das páginas dos jornais, aparecendo tanto como heróis, quanto como vilões, dependendo da postura político-partidária da folha, construindo-se ou destruindo-se a imagem de tais personalidades.

Este trabalho pretende abordar um microcosmo dessa conjuntura de conflitos discursivos através da imprensa e do processo de construção/desconstrução de mitos políticos. O objeto de estudo localiza-se no jornalismo praticado na cidade do Rio Grande ao final do século XIX – um dos mais importantes no contexto brasileiro de então –, destinando especial atenção às reações dos jornais no que tange às transformações políticas pelas quais passava o Brasil durante a transição da Monarquia à República. Nessa linha, esta análise tem por intento, ao buscar relacionar os fundamentos extra e intra-discursivos da imprensa da época, localizar e interpretar os confrontos discursivos dos jornais na edificação de estereótipos políticos.

O enfoque central prende-se ao jornalismo praticado no Rio Grande do Sul do final do século XIX em suas inter-relações para com a fermentação, preparação e eclosão da Revolução Federalista, guerra civil que sacudiu a incipiente República Brasileira. Nessa época, ao lado do embate pelas armas, o confronto deu-se também por meio das palavras, através das páginas dos jornais. Paixões e ódios partidários, típicos dessa época, encontrariam eco nos periódicos gaúchos, que, em muitos casos, adotariam posição menos ou mais explícita diante das partes em conflito, surgindo folhas favoráveis à causa castilhistas e outras, aliadas aos oposicionistas. A imprensa da cidade do Rio Grande não fugiria à regra, alinhando-se os jornais, direta e/ou



indiretamente aos diferentes e divergentes grupos políticos de então. Nesse clima de partidarismo, um dos tópicos latentes seria a bipolarização e o personalismo do confronto discursivo, em torno das figuras de Gaspar da Silveira Martins e de Júlio de Castilhos, constituindo-se o estudo desses mitos políticos, em sua construção, no caso do primeiro, e de sua desconstrução, caso do segundo, por parte de alguns dos jornais que circulavam na comunidade rio-grandina, entre 1889 e 1893 – o *Diário do Rio Grande*, o *Artista*, o *Eco do Sul*, o *Bisturi* e a *Tribuna Federal* – todos com manifestações, veladas ou abertas, de oposição ao castilhismo<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> Sobre o jornalismo gaúcho à época da Revolução Federalista, ver: FÉLIX, Loiva Otero. Imprensa, revolução e discurso: a construção de categorias. In: RAMBO, A. B. & FÉLIX, L. O. (orgs.). *A Revolução Federalista e os teuto-brasileiros*. São Leopoldo: Ed. da UNISINOS; Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1995. p. 179-185.; REVERBEL, Carlos. Tendências do jornalismo gaúcho. In: *Fundamentos da cultura rio-grandense*. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul, 1957 (segunda série). p. 101-124.; e RÜDIGER, Francisco Ricardo. A imprensa: fonte e agente da Revolução de 1893. In: *Anais do Seminário Fontes para a História da Revolução de 1893*. Bagé: URCAMP, 1983. p. 26-35. Especificamente acerca da imprensa rio-grandina de então em seu conteúdo político, observar: ALVES, Francisco das Neves. *Imagens e símbolos: a caricatura rio-grandina e o discurso político-partidário no século XIX*. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 1999.; ALVES, Francisco das Neves. *O primado da notícia como estratégia discursiva: uma história do Diário do Rio Grande*. Rio Grande: FURG, 2001.; ALVES, Francisco das Neves. *O partidarismo por opção discursiva: o Eco do Sul e seu discurso político-partidário*. Rio Grande: FURG, 2001.; ALVES, Francisco das Neves. *A imprensa rio-grandina*

No ano da proclamação da República, o cenário político-partidário rio-grandense-do-sul era marcado por um forte predomínio do Partido Liberal que já controlava a Assembleia Provincial há mais de década e meia e, a partir da ascensão do último gabinete imperial, passou a exercer também a Presidência da Província. Nesse quadro, Gaspar da Silveira Martins figurava como personagem de destaque nas páginas das folhas liberais, considerado como o político ideal para reger os destinos provinciais. A constituição do derradeiro ministério foi recebida com alívio por parte dessa imprensa, que considerou o Brasil finalmente livre do gabinete conservador, que por forma tão desagradável para o país teria assinalado o seu período administrativo, aplaudindo o fato de que homens de reputação feita e com um nome a zelar passariam a governar as províncias (*Diário do Rio Grande*, 9 e 19 jun. 1889). A escolha de Gaspar da Silveira Martins para a Presidência do Rio Grande do Sul foi apontada como atestado do critério e elevada compreensão das necessidades do país, pondo-se à frente do governo da Província um homem do prestígio, da influência e do reconhecido mérito, na figura daquele líder liberal. Segundo tal perspectiva,

---

nas três últimas décadas do século XIX: o espaço do discurso político-partidário. In: ALVES, F. N. et al. *A imprensa na cidade do Rio Grande: ensaios históricos*. Rio Grande: NEHIRG, 2001. p. 41-52.; ALVES, Francisco das Neves. Comunicação e política no jornalismo rio-grandino: um estudo de caso. In: ALVES, F. N. (org.). *Cinema e comunicação na cidade do Rio Grande*. Rio Grande: FURG, 2002.; e ALVES, Francisco das Neves. *O discurso político-partidário sul-rio-grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina (1868-1895)*. Rio Grande: Ed. da FURG, 2002.

Silveira Martins conhecia perfeitamente a Província, os seus homens, as suas necessidades e as suas aspirações, tendo reservado para essa uma dedicação nunca desmentida, consagrando constantemente a sua palavra, a sua energia e os seus esforços em favor do engrandecimento e da prosperidade rio-grandenses. Prevvia-se, desse modo, que a administração daquela liderança, pautada pelos severos preceitos da justiça e da lei, seria larga e fecunda como inquebrantável havia sido a sua dedicação pelos interesses de sua terra. Manifestava-se plena confiança no “eminente estadista” e saudava-se o “preclaro e devotado” chefe do brioso partido, cujo patriotismo brilhantemente fulgurava nos fastos da heroica Província do Rio Grande do Sul (*Artista*, 5 jul. 1889). Na mesma linha, declarava-se que a escolha do “benemérito” Conselheiro Silveira Martins para a Presidência do Rio Grande do Sul fora um ato de alta justiça praticado pelo Governo Central, confiando, a quem seria de direito, os destinos dessa Província, uma vez que aquele “prestante cidadão” era admirado e respeitado pelas qualidades morais e pelo grande talento que possuía, consistindo-se, incontestavelmente, em uma das mais legítimas glórias da nação brasileira (*Bisturi*, 7 jul. 1889).

Já nos estertores do Império, vários dos jornais rio-grandinos viam com desconfiança os republicanos, não acreditando, no entanto, no alcance político-eleitoral dos mesmos. Com a mudança na forma de governo e as práticas exclusivistas adotadas por Júlio de Castilhos e seus sectários, progressivamente cresceria o antagonismo que se transformaria em oposição e até em resistência de parte dessas folhas, que passam a adotar uma postura anticastilhistas. As exclusões promovidas

pelos republicanos eram vistas como um desserviço à República, não podendo produzir para os que a faziam senão resultados negativos, pois, desse modo, a nova forma de governo passaria a apresentar seu firmamento sombreado pelas paixões daqueles que estavam fazendo política de pessoas, em vez de uma outra, larga e generosa, que visasse o bem-estar da família rio-grandense (*Diário do Rio Grande*, 13 mar. 1890). O exclusivismo era encarado ainda como um grande erro e imenso perigo, consistindo-se em um elemento pernicioso que dificultava a fixação de todos os esforços em bem da consolidação do regime instaurado, afastando do governo a cooperação eficaz de uma grande parte do povo brasileiro (*Artista*, 30 abr. 1890). Abria-se, então, uma franca oposição aos que estariam fazendo do Rio Grande uma terra de vencidos e vencedores, de modo que não se poderia deixar de castigar aqueles que buscariam desvirtuar a “gloriosa conquista” do 15 de Novembro criticando-se a prática de uma política de ódios que tinha por lema a divisão da família rio-grandense. Júlio de Castilhos era descrito como um político que pouco se importava com a honra e que se aconchegara ao poder ditatorial, esquecendo compromissos e desrespeitando os empenhos de sua palavra, trocando-a pela ambição desvairada do mando, sem preocupar-se com a dignidade. Nesse sentido, o “ditador do Rio Grande” teria condenado os rio-grandenses a uma política de ódios e exclusivismos que os arrastaria às maiores calamidades (*Eco do Sul*, 19 abr.; 3 e 8 maio; 9 ago. e 9 set. 1890).

Mesmo no exílio, Gaspar da Silveira Martins continuou a contar com a admiração de parte da imprensa anticastilhista. Buscava-se demonstrar o

grande prestígio desse benemérito rio-grandense desterrado, defendendo-se a popularidade de Silveira Martins, destacando-se que nem sempre o povo se esquecia de prestar homenagem aqueles que, ao serviço dos interesses públicos, dedicavam toda a sua atividade e inteligência, sacrificando os seus preciosos dias e os seus interesses particulares. Na época, o “tribuno rio-grandense” chegou a receber homenagens de primeira página, na qual seu retrato foi publicado e descrito como “o gaúcho rio-grandense”, com vestimentas que visavam demonstrar a completa identidade entre o político e a população do Rio Grande do Sul (*Bisturi*, 17 ago. 1890). O líder liberal passava a ser alvo de enaltecimento até de setor da imprensa que, no passado, constituía-se em tradicional adversário, sendo chamado de benemérito e preclaro filho do Rio Grande, bem como de emérito patriota que mais serviços prestou ao Rio Grande do Sul, uma vez que, opositor ou homem de governo, tendo para cada defeito um sem número de virtudes, Gaspar Martins encarnava as aspirações de um povo inteiro, o qual tinha tradições heroicas e que não sabia tragar humilhações (*Eco do Sul*, 21 nov.1890).

A oposição aos castilhistas crescia à medida que eles se afirmavam no poder, denunciando-se as fraudes da “obra *castilhana*” que estariam ferindo de frente os princípios democráticos. Considerava-se Júlio de Castilhos como um alucinado e ignorante bacharel, que era repudiado pela grande maioria do Rio Grande, incentivando-se, inclusive, que se combatesse com energia patriótica ao poder ocasional do líder castilhista, o qual estaria revelando em todos os seus atos uma falta absoluta de moralidade, fraudando criminosamente as doutrinas republicanas. Acusava-se o “bando do

castilhismo” de deturpar todos os princípios, pois o que tinha em vista seria apenas manter a posição artificial com que iniciara os atos da vida pública, desde o 15 de Novembro, ficando evidente que o “diretor espiritual” dessa gente não dispunha dos atributos essenciais da formação do caráter, sendo falsas todas as qualidades que seus “domésticos endeusadores” lhe emprestavam. Argumentava-se que esse “infeliz Estado” se transformara em uma satrápia, manietada ao jugo de um moderno tiranete, cuja prática governativa, em vez de progressista, era retrógrada e anárquica, respeitando apenas aos interesses de seu mentor e estabelecendo barreiras inaceitáveis entre filhos da mesma pátria (*Eco do Sul*, 29 abr.; 5, 16 e 30 jul. 1891).

Tendo em vista o golpe de Estado perpetrado por Deodoro da Fonseca, em novembro de 1891, as manifestações de oposição aos castilhistas intensificaram-se nas folhas rio-grandinas. Buscava-se demonstrar que Júlio de Castilhos compactuara com o presidente golpista, acusando-o de estar de posse dos segredos e de constituir-se em “instrumento torpíssimo” da nova ditadura, tendo prestado apoio à ilegalidade, ao arbítrio e à tirania, de modo que teve o Rio Grande a obrigação de expulsá-lo, por ser ele incompatível com o civismo do povo rio-grandense, tendo de ser arrancado da posição que não soubera honrar (*Eco do Sul*, 7 e 8 dez. 1891). O afastamento de Castilhos foi comparado ao ato de arrancar-se um javali de seu nefando covil (*Bisturi*, 15 nov. 1891), devendo-se fazer votos que, com a queda da tirania, ressurgisse para a República uma nova época de grandioso futuro (*Diário do Rio Grande*, 15 nov. 1891). Mesmo após a deposição do líder republicano, os ataques persistiram, intentando-se dar a prova patente

de que o “ex-ditador mirim” nunca fora impulsionado pelo dever de servir à causa pública, pois o que ele queria era conservar o mando e alertava-se para o fato de que, raivoso, sem intuítos alevantados e não podendo conformar-se com a perda do poder, o castilhismo, que era uma história de tristezas e vergonhas, conspirava ainda e, portanto, era preciso não o deixar a gosto nas suas explorações criminosas (*Eco do Sul*, 12 dez. 1891).

A bipolarização partidária e personalista também ficaria evidenciada nas páginas dos jornais, argumentando-se que todo o Rio Grande sabia que o bacharel Castilhos fora sempre inimigo gratuito de Gaspar Martins, procurando nulificar a “assombrosa influência” que esse “extraordinário democrata” exercia no espírito de seus patrícios. Nesse sentido, quanto ao líder liberal, chamava-se atenção para os enormes merecimentos, os serviços de alto valor prestados ao país e principalmente à Província e a valentia levada a extremos, elementos que não caracterizariam os atos de Júlio de Castilhos, afirmando-se que, sem nunca haver trocado uma só palavra com Gaspar da Silveira Martins, odiava-o até a bestialidade, consciente que era da máscula superioridade moral e intelectual do poderoso adversário que o desprezava” (*Eco do Sul*, 13 set. 1891). O retorno de Silveira Martins do exílio seria recebido com aplauso por parte da imprensa, anunciando-se, entusiasticamente, que já estava de volta à pátria o “grande patriota”, o “colosso da tribuna”, que pelos seus incomparáveis serviços prestados à causa da pátria e à ideia liberal tornara-se um dos vultos mais salientes e respeitados. De acordo com essa visão, o Rio Grande do Sul exultava por tão grande motivo e fazia votos para que S. Ex<sup>a</sup>. viesse quanto antes prestar o concurso do seu

talento e vasta capacidade política, colocando-se à frente dos apóstolos sinceros, dos verdadeiros patriotas que trabalhavam pela reabilitação do Brasil. Dava-se ainda as boas-vindas aquele ilustre cidadão que tantas provas dera do seu patriotismo, civismo e grande abnegação (*Bisturi*, 10 jan. 1892). Ainda sobre a volta do chefe liberal ao cenário político-partidário gaúcho, argumentava-se que ele – que teria sido exilado pelo pecado de ser o homem de maior influência política em todo o Estado –, representava um dos esteios que em larga escala poderia prestar sua contribuição visando a solução dos graves acontecimentos de então. Nesse sentido, estabelecia-se um verdadeiro paralelo comparativo entre o Rio Grande do Sul antes e depois da retirada de Silveira Martins, afirmando-se que tudo estava mudado e que o vasto cenário político em que o “eloquente tribuno” representou os mais importantes papéis e tanto se impôs aos aplausos e admiração de nacionais e estrangeiros estaria inteiramente desmantelado e a pedir que mão possante o reconstruísse, e afugentasse do templo os vendilhões que o desprestigiavam e conspurcavam (*Diário do Rio Grande*, 7 fev. 1892).

A reintegração de Silveira Martins à vida política nacional, de acordo com a imprensa liberal, deveria ser imediata, uma vez que ele era um político de primeira têmpera, adepto fervoroso das ideias liberais, ou seja, a ideia do direito e da liberdade e, cercado de imenso prestígio, constituía-se em um dos chefes mais respeitados de seu partido. Segundo essa versão, o vulto desse “benemérito cidadão” surgira como uma estrela prometedora no céu denegrado da pátria, a qual estava agonizante e miseravelmente entregue à meia dúzia de homens sem talento, sem patriotismo e honestidade, que



só serviam para deprimi-la e envergonhá-la, para cobri-la de misérias e opróbrios. Afirmava-se, nessa linha, que, diante do líder liberal, iriam fugir espavoridos os vampiros que esvoaçavam ao redor da Pátria agonizante, sendo-lhe apontando o caminho que teria a prosseguir para resgatar as suas glórias e a sua honra, já que Martins seria o másculo intérprete das aspirações desse povo que ele tanto tinha engrandecido (*Bisturi*, 7 fev. 1892). Manifestava-se ainda uma esperança de que naquele líder político estivesse uma possibilidade de solução à crise na qual submergia o país. Declarava-se então que era com festa que se recebia, ao solo de seu berço natal, o regresso do “emérito rio-grandense”, portador das “boas normas” e as “moralizadoras” práticas políticas, de sentimentos altruísticos, de uma identificação sincera com a ideia republicana e de uma fé viva na supremacia das instituições democráticas. Apontava-se aquela liderança como elemento ideal às necessidades do país, o qual estaria precisando de um braço forte, de um ânimo reto, de um espírito superior e cheio de abnegação, que desfraldasse aos ventos da liberdade e da tolerância política a bandeira da paz e da confraternização da família rio-grandense, naquele momento de iminente conflito bélico (*Artista*, 8 fev. 1892).

A partir do retorno dos castilhistas ao governo, em junho de 1892, os comentários de natureza política junto à imprensa rio-grandina refluíam significativamente, tendo em vista a ferrenha repressão governamental. Mesmo assim, a retomada do poder por Júlio de Castilhos foi encarada como um prenúncio de borrasca, como algo fatídico e sanguinário, manifestando-se o receio para com o futuro do Estado,

tendo em vista que dentre os sectários do novo governo haveria premeditações das vinganças, sanhas mal contidas, punhos fechados que ameaçavam e risadas surdas que maldiziam o amanhã (*Eco do Sul*, 19 jun. 1892). A partir daí, a imprensa anticastilhista buscaria demonstrar que os reais culpados pela desenfreada violência que campeava pelas terras do sul seriam os governistas, os quais teriam levado o luto e a miséria por toda a parte, bem como todo o horroroso itinerário dos homicídios, dos atos de verdadeiro canibalismo, revestidos de todas as ferozes circunstâncias que se poderia imaginar (*Bisturi*, 9 out. 1892). Vaticinava-se que as atitudes violentas dos agentes do poder estadual consistiam-se em precedentes funestos, verdadeiras armas de dois gumes, as quais poderiam em um dia ferir cruelmente a vítima, mas, no outro, deveriam ferir de um modo também implacável o que ontem foi algoz (*Artista*, 24 nov. 1892). Júlio de Castilhos chegou a ser apresentado como um Satanás que, com as asas da tirania, levando às mãos o ódio e a vingança, sob o rufar do tambor da política e acompanhado por seus sectários – “morcegos republicanos” –, levava perseguições, infâmias, despotismo, miséria, morte, incêndios, roubos e destruição à população rio-grandense (*Bisturi*, 18 dez. 1892).

Quanto aos moldes pelos quais estaria sendo implementada a nova forma de governo, chegava-se a exclamar “abaixo esta República nefanda”, formada por gente de poder e de abastança, que olhava aos homens de labor com sobranceira e desprezo (*Bisturi*, 22 jan. 1893). Às portas da conflagração da Revolução Federalista, prenunciava-se que Júlio de Castilhos não conseguiria abafar o movimento revolucionário que

estava latente e que, mais dia, menos dia, explodiria, atirando os gaúchos à pior das lutas, a de irmãos contra irmãos, de modo que o líder republicano não poderia mais conter a onda e que ela o arrastaria para fora do poder. Declarava-se ainda que fora o governo, por todos os seus porta-vozes atroadores que mais desinquietara o Estado, tornando-se uma inelidível verdade a invasão armada por parte de quantos repeliam essa situação de crimes medonhos e que tentavam reivindicar brios conculcados. O motivo da guerra civil era atribuído aos castilhistas, lamentando-se que todos esses males de tão incalculáveis efeitos estivessem sendo realizados “apenas” para manter Júlio de Castilhos no governo, atribuindo-se a tal político a responsabilidade por aquele derramamento de sangue, já que representava um governo opressor e filho da traição, o qual seria repellido pela maioria do povo rio-grandense (*Eco do Sul*, 4 e 5 fev. e 25 mar. 1893).

Como liderança civil do movimento revolucionário, Gaspar da Silveira Martins foi amplamente aplaudido pela imprensa anticastilhista que chegou a representá-lo como um leão que estaria a espantar os adversários, afirmando-se que os castilhistas andavam assustados, temendo a entrada do temível leão que já começara a arreganhar os dentes e a soltar rugidos. Silveira Martins aparecia assim, no rol dos líderes rebeldes que visariam a trazer a “liberdade” para o Rio Grande subjugado à “tirania castilhista”, como no caso em que a “nau do Estado” comandada por Castilhos estava por esboroar-se diante dos rochedos que representavam os revoltosos; ou ainda em um quadro em homenagem aos “ilustres revolucionários”, considerados como uma grandiosa plêiade de bravos

que, patrioticamente, batia-se a peito descoberto para derrubar a vil tirania que oprimia e envergonhava os rio-grandenses. A publicação dos retratos de Gaspar Martins e outros chefes rebeldes era considerada como uma página de apreço aos “verdadeiros patriotas” e uma justa homenagem prestada àquela grandiosa unidade, à comunhão de bravos, cujos nomes viriam a ser escritos com letras de ouro no grande livro da pátria, pois os mesmos já estavam escritos no coração do povo gaúcho (*Bisturi*, 1º jan. ; 5 mar. e 16 abr. 1893).

Iniciada a guerra, a imprensa anticastilhista exclamava que não se queria um governo de déspotas, de ódios e vinganças, que mandasse cometer todos os horrores que se poderia imaginar em nome da República, como se a ideia republicana, que deveria ser grande, nobre e generosa, pudesse ser a bandeira de um bando de selvagens famintos. Os ataques a Júlio de Castilhos chegavam a ser incisivos como ao afirmar-se que o governador já começava a sentir no lombo os terríveis efeitos do seu despotismo e desrespeito à integridade e honra de seu país. O líder castilhista era retratado como um urubu que recebia o impacto das farpas da opinião pública e da imprensa, que, mesmo amordaçada, ainda não se deixara dominar de todo, diante do que se declarava que o governante andava assustado, ao perceber que se aproximava a hora de receber o exemplar e decisivo castigo<sup>8</sup> (*Bisturi*, 30 abr. e

---

<sup>8</sup> O jornal *Bisturi* destinou várias caricaturas ao sustentar seu discurso anticastilhista, como no caso de uma publicada a 8 de janeiro de 1893, na qual, como um prenúncio de uma possível derrota do castilhismo, com a iminente Revolução, o periódico apresentava uma gravura na qual Júlio de Castilhos chorava

21maio 1893). As denúncias à violência que seria praticada pelos governistas persistiram, sendo apontados os assassinatos e os assaltos à alheia propriedade, cometidos pela desenfreada *patota castilhista* que, autorizada pelo *governo da legalidade*, levava à devastação e ao morticínio, coroando uma obra de destruição (*Eco do Sul*, 14 jun. 1893). A falta de liberdade de imprensa era também constantemente

---

junto a um asno que representava o “partido castilhista”, enquanto a “morte”, simbolizada por esqueletos, se aproximava. Os seguintes versos serviam como legenda: Em que tormento o mísero se debate/ Sem poder fugir da cólera infinita/ Em torno esvoaçam pavorosas sombras/ E da maldição à interminável grita. O jornal buscava também enfatizar o fato de que o autoritarismo de Júlio de Castilhos estaria trazendo consigo a destruição do Rio Grande do Sul e, a este respeito, apresentou uma ilustração na qual o governador queimava em uma fogueira a Constituição, o Código Civil, a liberdade de imprensa e o próprio Estado. Em meio à explosão provocada pelo líder republicano, “voavam” pelos ares o câmbio, o comércio, a indústria e a lavoura, numa referência aos prejuízos econômicos advindos da guerra civil; também aparecia “voando” o pobre, segundo o jornal, um dos maiores prejudicados com a luta. Ainda se faziam presentes na figura balões com as inscrições “viva os revoltosos”, “abaixo o despotismo”, “viva a liberdade” e “abaixo a tirania”, traduzindo a esperança da folha no avanço do movimento rebelde (25/6/1893). Diante do quadro, Castilhos estaria proferindo os seguintes versos: Como governo a capricho/ Declaro de coração/ Que vou queimar o Código/ A Lei e a Constituição/ Tudo vai à fogueira/ O que se escreve e se pensa/ E vou também queimar/ A liberdade de imprensa/ E para que ninguém murmure/ Já dentro desta barrica/ O “Rio Grande do Sul”/ Também queimando-se fica.

denunciada pelos jornais, culminando com as determinações do Governo Federal, de outubro de 1893, que praticamente nulificaram o direito de livre expressão por meio do jornalismo.

A nova legislação de imprensa, somada à ferrenha repressão governamental levou a um silenciar praticamente completo dos jornais para com os assuntos políticos, pelos menos até o final da guerra civil, pois quem não silenciasse por iniciativa própria, seria silenciado à força. As poucas manifestações anticastilhistas e favoráveis aos rebeldes, na maioria das vezes, tinham de ser publicadas de forma implícita, como no artigo “Fora do paraíso” que descrevia uma treva pesada que desceu sobre a terra, quando começou a migração dos animais e, enroscado na árvore da ciência, o *píton* do pecado sibilava de gosto, pois ele vencera – ao passo que Eva, voluptuosa, lânguida, amolecida pelo amor, escondeu-se entre os cactos, olhando uma sombra que abria, no facho luminoso da lua, asas negras e enormes de vampiro e fugia, sibilando vitoriosamente – era o *píton* do pecado que espalhava pela natureza a nova do desabrochamento das primeiras penas (*Tribuna Federal*, 10 dez. 1893). Nessa paisagem realizava-se uma analogia entre a passagem bíblica da expulsão de Adão e Eva do Paraíso e a visão oposicionista sobre o momento político rio-grandense. Desse modo, através de uma linguagem figurada, representava-se a situação gaúcha de então, mostrando as trevas trazidas ao Paraíso (a guerra civil no Rio Grande do Sul), provocando uma migração de seus habitantes (os rebeldes emigrados na fronteira); enquanto a Eva (simbolizando o conjunto da população) fora corrompida por um vampiro, o *píton do pecado*, que

se encontrava enroscado na árvore da ciência, referindo-se ao positivista Júlio de Castilhos. Assim, em época de atroz censura, mesmo através de uma linguagem cifrada, mantinha-se o discurso anticastilhista.

Nesse sentido, as relações extra-discursivas revelavam uma conjuntura bastante complexa para a circulação dos jornais rio-grandinos à época da transição Monarquia-República, uma vez que a nova forma de governo traria consigo uma legislação de imprensa extremamente coercitiva, além do que a característica autoritária dos governantes, tanto na esfera federal, quanto na regional, levou a constantes atos de censura, policiamento, repressão, perseguição e ameaças de prisões e empastelamentos. Nesse clima nada favorável de verdadeiro controle do discurso, os jornais tiveram diferentes maneiras de reagir em suas relações inter e intradiscursivas quando da sustentação dos conflitos discursivos latentes à época, de acordo com o norte editorial, as formas de procedimento e as convicções político-ideológicas de cada um. Dessa maneira, apesar de todos os limites impostos pelo contexto da época, as folhas não deixaram de atuar de forma menos ou mais aberta/velada – direta/indireta na expressão de um discurso de cunho político e/ou partidário e, através deste, atuando na construção/desconstrução de mitos políticos.

Quanto a essas relações, cada um dos jornais rio-grandinos tinha uma postura específica no que tange ao jogo político-partidário imperial, de modo que, a mudança institucional de 15 de Novembro viria a representar uma ruptura nessas formas de organização discursiva, diante do que as folhas impressas tiveram de redimensionar seus pronunciamentos, adaptando-se às

novas circunstâncias. Nesse sentido, o *Diário do Rio Grande* e o *Artista*, publicações diárias tradicionalmente vinculadas aos liberais, adotariam uma posição de aparente neutralidade, buscando um certo silenciamento quanto às disputas partidárias, mas deixando transparecer de modo velado – ou mais abertamente quando a repressão permitiu – um caráter anticastilhistas. Já o *Eco do Sul*, periódico diário historicamente ligado aos conservadores, o *Bisturi*, jornal caricato filiado ao gasparismo, e a *Tribuna Federal*, folha vinculada aos dissidentes republicanos, representantes da pequena imprensa estes dois últimos, moveriam uma aberta campanha de oposição, de combate e até de resistência ao castilhismo. Essas posturas perdurariam até que os limites impostos pela repressão permitissem, uma vez que, dos periódicos citados, só os dois primeiros conseguiram manter sua circulação, ainda assim, condenados a um silêncio absoluto quanto aos acontecimentos políticos e bélicos de então, ao passo que os demais tiveram de suspender suas edições.

Assim, enquanto foi possível, esses jornais sustentaram o conflito, através da guerra das palavras, atuando como verdadeiros arautos das ideias e práticas anticastilhistas e, portanto, construindo e desconstruindo os dois personagens centrais da história gaúcha de então. Nesse quadro, essa imprensa plasmou uma identidade positiva para Gaspar da Silveira Martins, estabelecendo uma construção discursiva que visava cristalizar o estereótipo do cidadão modelo e do político ideal, sempre a serviço de sua pátria. Ao longo de sua atuação política, Silveira Martins foi aplaudido e, por vezes, idolatrado, e apresentado como o líder que,



através de suas palavras e atos, contribuía solidamente na construção de um Rio Grande e um Brasil melhores, sendo ainda encarado como uma das únicas esperanças de liderança que poderia resistir e combater ao castilhismo. Já Júlio de Castilhos era apresentado como o arquétipo do pior dos inimigos, não sendo poupados adjetivos pejorativos para sua pessoa pública e privada, sofrendo ataques incisivos quanto à sua honra e honestidade, ao ser considerado como traidor, sem princípios e não-detentor do apoio da opinião pública. Castilhos era apontado, enfim, como déspota, ditador e tirano que, para satisfazer seus próprios interesses de perpetuação do poder, arrastara o Rio Grande para uma luta fratricida.

Sustentando os confrontos discursivos típicos do jornalismo gaúcho de então, estes representantes da imprensa rio-grandina defenderam, por meio de diferentes estratégias discursivas, suas convicções nos vários confrontos que se entabularam neste intrincado momento de transições, tomando partido, direta ou indiretamente, no embate entre federalistas e castilhistas, legitimando o pensamento e as atitudes dos aliados e deslegitimando os dos adversários, sustentando a dicotomia do “bem” contra o “mal”, características dessa época de guerras e contribuindo decisivamente na edificação (e busca de destruição) de mais alguns dos mitos políticos inerentes à formação histórica rio-grandense-do-sul<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> Publicado originalmente em: *Anais do Seminário Internacional de Estudos Históricos – História Regional* -. Rio Grande: FURG, 2004. p. 35-48.



## **A imprensa diária rio-grandina ao final do século XIX: entre o discurso político-partidário e a sustentação econômica**

Ao longo do século XIX, a imprensa escrita constituiu o mais significativo meio de comunicação no seio das sociedades em que se fez presente. Servindo aos mais diferentes propósitos, fosse na divulgação de informações, na difusão da leitura e da cultura, ou ainda na propagação dos mais diversos ideais, o jornalismo desse tempo atuou com tenacidade na formação de hábitos, pensamentos, costumes e opiniões, em uma escala que, se não global, ao menos atingiu grande parte das comunidades de então. No Brasil daquela centúria, a imprensa exerceu fundamental papel nas várias etapas da formação político-administrativa e institucional do país, consistindo-se em veículo informativo de grande eficácia e contribuindo decisivamente para divulgar e fomentar as mais variadas ideias que circularam junto à consciência pública durante aquelas diversas fases.

À gênese da imprensa brasileira, ligada de modo intrínseco ao processo de transição de colônia a país independente, os jornais tiveram um papel chave na pregação dos ideais recolonizadores e/ou emancipacionistas então em discussão. Com a formação do Estado Nacional Brasileiro, o jornalismo passaria por

uma fase de ampla proliferação, acompanhando a agitação política e revolucionária, mormente durante o Período Regencial, predominando uma prática jornalística eminentemente opinativa e partidarista. Tendo em vista a pacificação interna e a instalação de um clima de estabilidade, característico das primeiras décadas do II Reinado, declinaria o jornalismo de natureza política e os debates partidários arrefeceriam. A partir da inversão partidária de 1868, no entanto, com a retomada das disputas políticas mais acirradas entre liberais e conservadores, as discussões de cunho político retornavam às páginas impressas, em um contínuo alterar que acompanhou as várias alternâncias situacionistas/oposicionistas daquelas duas agremiações partidárias, até o final da fase monárquica. Nesse quadro, a imprensa teria fundamental significado também no processo que levaria à mudança na forma de governo, servindo tanto à propagação da causa dos adeptos do republicanismo, quanto dos defensores do *status quo*; e, instaurada a República, as publicações periódicas serviriam para promover as mais diferentes/divergentes ideias que caracterizaram as várias tendências de pensamento republicano de então.

No Rio Grande do Sul, a imprensa acompanhou a forte bipolarização política que marcou o cenário provincial /estadual ao longo de sua história, marcado por disputas partidárias praticamente constantes, as quais, muitas vezes, vencidas as instâncias do jornalismo e da tribuna, redundaram em confrontos de natureza bélica. Após o conflito entre farroupilhas e legalistas, a Província passaria por uma fase de relativa tranquilidade no que tange às querelas partidárias, mormente durante as políticas conciliatórias e de

coligações inerentes aos primeiros tempos do Reinado de Pedro II. O jornalismo, que em grande parte acompanhara essa fase de ânimos mais aplacados, voltou à abordagem das discussões de cunho político, nas duas últimas décadas da Monarquia, quando liberais, conservadores e, mais tarde, republicanos, digladiaram-se mutuamente, aproveitando, inclusive, a grande liberdade de expressão característica desse período. Já com a República, o debate político através das folhas periódicas permaneceu, alimentando as divergências entre os republicanos castilhistas e os seus opositores, ao menos nos momentos em que a censura e o controle das autoridades públicas o permitiram.

A imprensa da cidade do Rio Grande reproduziu, mesmo que em escala algo diferenciada, essas mesmas características do jornalismo praticado na Corte/Capital Federal, quanto na sede da administração provincial/estadual, ou ainda nas mais importantes cidades do país. Tendo suas origens ligadas à agitação política à época da preparação e eclosão da Revolução Farroupilha, a imprensa rio-grandina passou por uma etapa de crescimento e diversificação e, durante os anos que marcaram o processo de transição Monarquia-República, encontrava-se na sua fase de maior desenvolvimento. Através das páginas dos jornais rio-grandinos, se manifestaram os mais diversos grupos políticos que atuaram nesse último período, permitindo a identificação do conjunto da construção discursiva político-partidária sul-rio-grandense durante esse momento de transições.

Ao longo dos três últimos decênios do século XIX, o jornalismo rio-grandino caracterizava-se por uma etapa de ampla diversificação e especialização em seus

periódicos e, ao lado dos jornais mais perenes e estáveis, em circulação já há significativo espaço de tempo, eram publicadas uma série de pequenas folhas, normalmente de curta duração cronológica e publicação/distribuição irregulares. O debate dos diferentes ideais político-partidários se fez presente em ambos os tipos de publicação, sustentando o conflito discursivo característico da imprensa gaúcha e brasileira de então, porém, cada uma delas desenvolveu modalidades discursivas diferenciadas na emissão de seus discursos de natureza política e partidária. Ao passo que as publicações diárias se viam na contingência de buscar conciliar a expressão de suas filiações ou simpatias partidárias com seu papel informativo/noticioso e com seus interesses de sustentação ligados à necessidade de venda de assinaturas e colocação em suas páginas de material publicitário; as pequenas folhas, apesar das instáveis e, muitas vezes, precárias condições de sobrevivência, deixavam de lado o caráter informativo e dedicavam-se, essencialmente, ao jornalismo crítico-opinativo<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> Acerca da conjuntura histórica da imprensa gaúcha e rio-grandina, observar: ALVES, Francisco das Neves. *Uma introdução à história da imprensa rio-grandina*. Rio Grande: FURG, 1995.; ALVES, Francisco das Neves. *Imprensa gaúcha: história, historiografia & política*. Rio Grande: FURG, 2000.; BARRETO, Abeillard. A imprensa do Rio Grande no tempo do Império. *Rio Grande*. Rio Grande: 27 jun. 1935. p. 4-5.; ERICKSEN, Nestor. *O sesquicentenário da imprensa rio-grandense*. Porto Alegre: Sulina/ARI, 1977.; REVERBEL, Carlos. Tendências do jornalismo gaúcho. In: *Fundamentos da cultura rio-grandense*. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul, 1957. 2ª série. p. 101-24.;

Os perenes jornais diários rio-grandinos empreenderam, assim, suas construções discursivas em torno de um discurso mais unívoco, homogêneo, guardando em si uma regularidade discursiva mais rígida e, às vezes, até monolítica. Cada um desses representantes da imprensa diária tiveram padrões editoriais diferenciados entre si, desenvolvendo estratégias discursivas particulares na emissão de seu discurso político-partidário. Mesmo ao identificarem-se com as agremiações partidárias, esses periódicos apresentaram nuances variáveis nas suas formas de identidade, resultando em padrões discursivos também diferenciados. O *Diário do Rio Grande*, mesmo que ligado primeiro aos conservadores e, posteriormente, aos liberais, buscou sustentar sua condição de órgão essencialmente informativo; O *Comercial*, apesar de identificar-se com o Partido Conservador, procurou apresentar-se como folha basicamente preocupada com os assuntos mercantis; já o *Artista* e o *Eco do Sul*, ainda que mais abertamente vinculados, respectivamente, a liberais e conservadores, intentaram não descuidar das

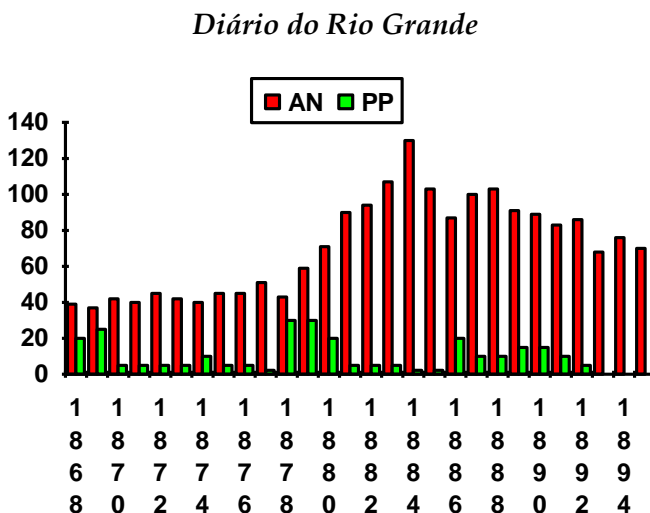
---

RODRIGUES, Alfredo Ferreira. Catálogo dos jornais publicados no Rio Grande do Sul. In: *Almanaque Popular Brasileiro para no ano de 1903*. Pelotas: Livraria Universal, 1902. p. 221-5.; RÜDIGER, Francisco Ricardo. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1993.; e VIANNA, Lourival. *Imprensa gaúcha*. Porto Alegre: Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, 1977.

demais seções, mormente as noticiosas e comerciais, bem como de seus interesses financeiros de sustentação.

Essa intrínseca necessidade das folhas diárias de buscar um equilíbrio entre a manifestação de seus ideais partidários e os seus interesses de sustentação pode ser acompanhada através da relação entre a quantidade de matéria publicitária estampada em suas páginas e a proporção de pronunciamentos de natureza político-partidária publicados ao longo de suas edições, em cada um dos jornais, conforme o seguinte conjunto gráfico:

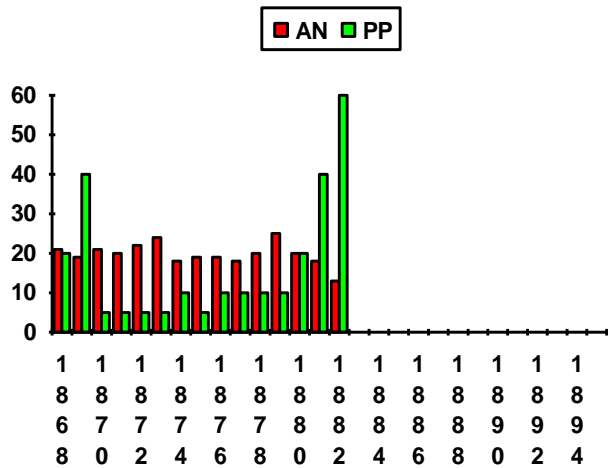
**Relação do número de anúncios diários (AN) e a porcentagem de pronunciamentos político-partidários (PP) publicados em médias anuais pelos periódicos *Diário do Rio Grande*, *O Comercial*, *Artista* e *Eco do Sul* entre 1868 e 1895**



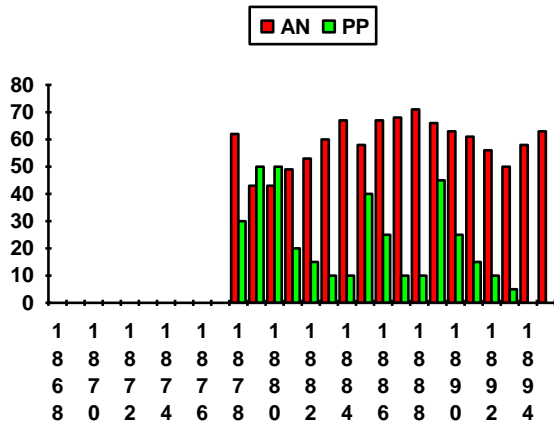


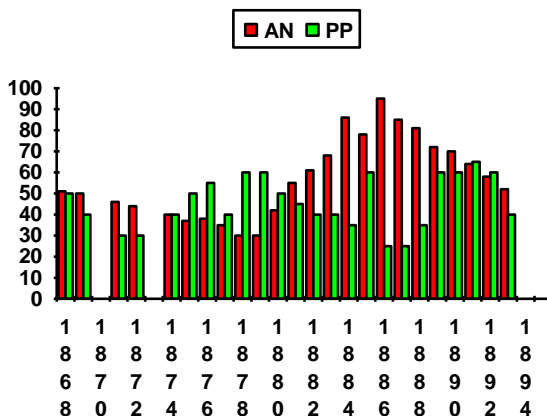
# PERIODISMO NA CIDADE DO RIO GRANDE: ESTUDOS HISTÓRICOS

O Comercial



Artista



*Eco do Sul*

NOTA: porcentagem de PP calculada levando em conta a média anual de edições que continham pronunciamentos político-partidários

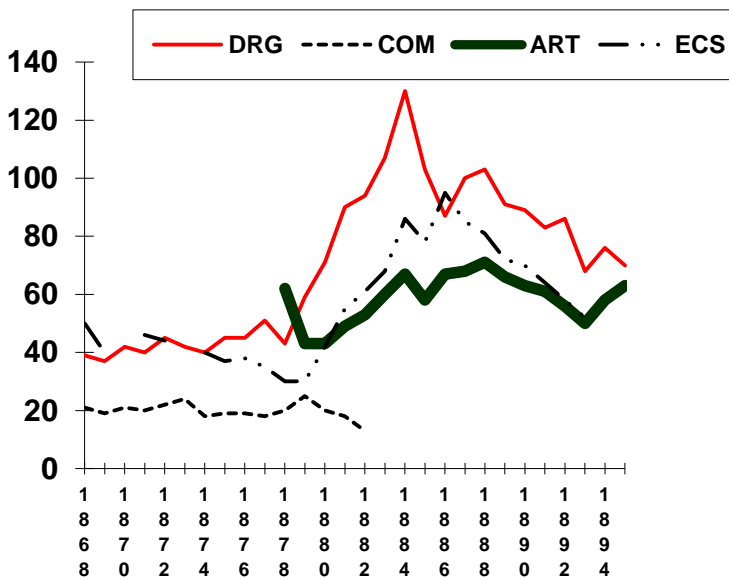
Dessa maneira, essas oscilações numéricas da matéria publicitária, em significativa parte, derivavam-se da direta relação entre a quantidade de anúncios publicados e a expressão mais ou menos veemente dos princípios partidários de cada um dos jornais, de modo que, em regra, com base no ano imediatamente anterior, aquela diminuía, à proporção em que essa tinha um incremento. Essa conexão entre aquelas duas grandezas levou os diários rio-grandinos a buscarem um certo controle na manifestação aberta de suas convicções partidário-políticas, de modo que as mesmas eram, em geral, expostas em determinados momentos específicos e delimitados cronologicamente, mormente por ocasião de inversões partidárias ou ainda durante as campanhas

## PERIODISMO NA CIDADE DO RIO GRANDE: ESTUDOS HISTÓRICOS

eleitorais. Com isso, as folhas diárias intentavam não se expor tanto, mantendo-se no rol das publicações ditas sérias e estáveis, cujas páginas estariam prontas a receber os reclames dos mais respeitáveis negociantes.

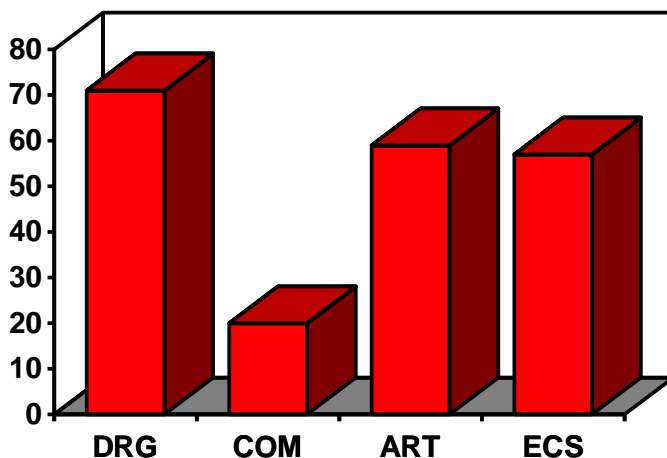
Nessa constante e difícil busca por um equilíbrio, as publicações diárias conseguiram resultados diferenciados entre si, ao longo dos anos como pode ser observado no próximo gráfico:

**Média anual de anúncios publicados diariamente pelos  
jornais *Diário do Rio Grande* (DRG), *O Comercial*  
(COM), *Artista* (ART) e *Eco do Sul* (ECS) entre 1868 e  
1895**



Dessa forma, o *Diário do Rio Grande* foi a publicação que manteve o equilíbrio mais eficiente entre seus interesses financeiro-comerciais e a manifesta declaração de suas ideias partidárias, utilizando a estratégia de diminuir ao mínimo essas manifestações, ao lado de uma constante argumentação de que a “neutralidade” orientava suas páginas. O *Comercial*, por sua vez, apesar de também buscar sustentar o argumento da neutralidade, foi, dentre as publicações diárias, aquela de menor expressão material e editorial, de modo que o carro-chefe de suas edições eram os boletins comerciais e não a matéria publicitária. Já o *Artista* e o *Eco do Sul*, mais abertamente identificados com as agremiações políticas imperiais, não chegaram a apresentar os mesmos resultados do *Diário do Rio Grande* na busca daquele equilíbrio, no entanto, a quantidade de propaganda publicada chegou a atingir índices significativos. Tal superioridade do *Diário do Rio Grande*, na colocação de reclames em suas páginas está representada na seguinte comparação:

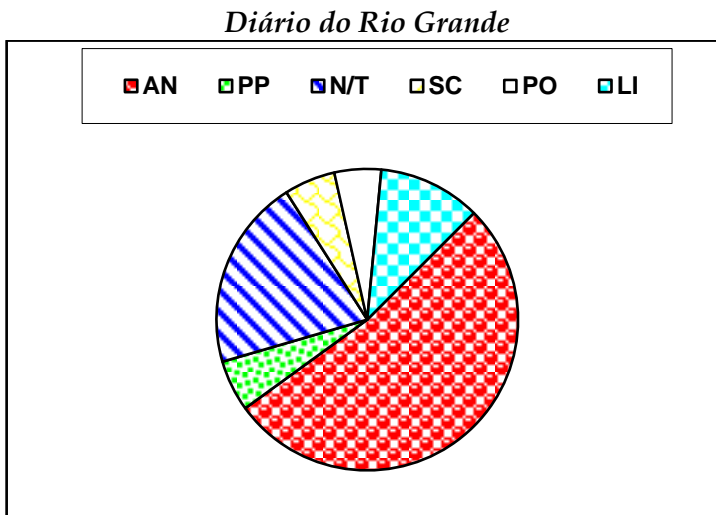
**Média total/anual de anúncios publicados diariamente  
pelos jornais *Diário do Rio Grande* (DRG), *O  
Comercial* (COM), *Artista* (ART) e *Eco do Sul* (ECS)  
entre 1868 e 1895**



Assim, apesar do conteúdo político-partidário constituir-se em um dos elementos constitutivos de significativa importância junto aos diários rio-grandinos, houve também um desvelo todo especial em relação a não haver um descuido com relação às outras seções informativo/noticiosas e comerciais, bem como com a edição de publicações oficiais e de material literário, publicado principalmente na forma de folhetins e, finalmente com a colocação de matéria publicitária, predominante na ocupação dos espaços editoriais de cada uma das folhas. Nessa linha, até mesmo o *Eco do Sul*, que chegou a ser órgão do Partido Conservador e o

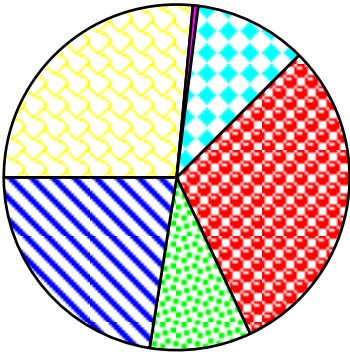
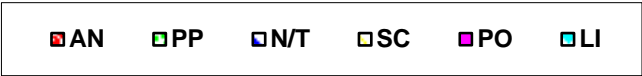
*Artista*, um doutrinário liberal, não tiveram os assuntos de natureza político-partidária como predominantes no conjunto de suas páginas e, no caso do *Diário do Rio Grande*, era maior ainda o predomínio da parte publicitária e noticiosa, bem como do *Comercial*, cujo destaque foi o espaço destinado à seção comercial. O seguinte conjunto gráfico permite a identificação da distribuição espacial por páginas destinada àquelas diversas seções por cada um dos periódicos diários rio-grandinos.

**Média de espaço destinado à matéria publicitária (AN), assunto de natureza político-partidária (PP), seção noticiosa e/ou transcrições (N/T), seção comercial (SC), publicações oficiais (PO) e literatura (LI) pelos jornais *Diário do Rio Grande*, *O Comercial*, *Artista* e *Eco do Sul* entre 1868 e 1895, em porcentagem**

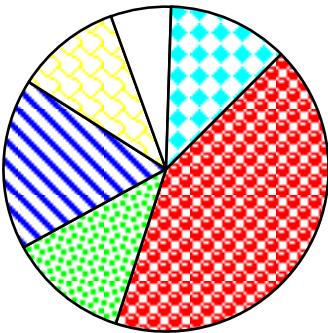


PERIODISMO NA CIDADE DO RIO GRANDE: ESTUDOS HISTÓRICOS

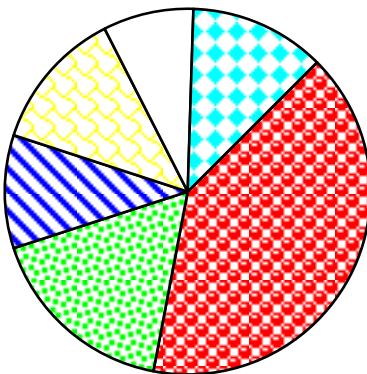
*O Comercial*



*Artista*



*Eco do Sul*



De acordo com tal perspectiva, a univocidade discursiva, concernente às publicações diárias rio-grandinas, caracterizadas por uma circulação regular e perene ao longo de várias décadas, deveu-se fundamentalmente à constante busca, de cada um desses periódicos, pelo equilíbrio entre a expressão mais evidente de suas convicções político-partidárias e seus interesses comerciais e financeiros de sustentação. Apesar de cada um dos jornais ter uma filiação ou simpatia partidária bem definida, havia “o problema fundamental de assegurar uma venda estável” e da “possibilidade de construir um plano comercial”. Mesmo que as motivações político-ideológicas se



constituíssem em elemento de significativa importância, elas não podem ser consideradas de modo isolado, pois “só em condições excepcionais, em determinados períodos de *boom* da opinião pública”, poderia ocorrer “que uma opinião tivesse sorte independente da forma exterior na qual fosse apresentada”, uma vez que “o modo de apresentação tinha grande importância para a estabilidade do negócio”<sup>11</sup>. Assim, os pronunciamentos político-partidários desses jornais rio-grandinos tornavam-se mais intensos e abertos em períodos determinados e cronologicamente bem definidos, marcadamente nos momentos de maior atividade partidária, caso das inversões governamentais e dos períodos eleitorais, já que, o voto consistia-se no “ato conclusivo de uma disputa contínua, feita publicamente, entre argumentos e contra-argumentos”<sup>12</sup>.

Nesse sentido, os diários rio-grandinos intentaram constantemente incluir-se no seletto grupo dos praticantes de uma imprensa séria, em uma manifesta intenção de distingui-los da pequena imprensa. Cada qual com sua identidade partidária, desenvolveu uma diferente estratégia discursiva e organizou um plano editorial que lhes permitisse encontrar seu espaço no conjunto da imprensa rio-grandina. O *Diário do Rio Grande* adotou a conduta de apresentar-se como uma folha essencialmente informativa, dando primazia ao seu caráter noticioso, ainda assim, identificou-se político-partidariamente com

---

<sup>11</sup> GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 9.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. p.179.

<sup>12</sup> HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. p. 248.

os conservadores, em uma primeira fase e, com os liberais, em uma segunda. O *Comercial*, de acordo com o próprio título, dedicava-se basicamente às questões mercantis, utilizando os boletins comerciais como seu grande mote de edição, quanto ao conteúdo partidário, filiou-se aos conservadores. Já o *Artista* e o *Eco do Sul*, foram aqueles com vínculos mais fortes aos partidos imperiais, o primeiro como folha doutrinária dos liberais, o segundo chegou a ser órgão do Partido Conservador, porém, em nenhum deles o conteúdo partidário constitui-se em elemento único, não se descuidando das outras seções editoriais, mormente as noticiosas, as comerciais e a de matéria publicitária<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup> Publicado originalmente em: *Biblos*. Rio Grande: Editora da FURG, 2001, v.13, p. 83-90.

## **A pequena imprensa rio-grandina no século XIX: um breve histórico**

A imprensa escrita, desde a sua popularização como veículo de comunicação, tem exercido um significativo papel ao longo das transformações de diversas das sociedades contemporâneas. Presentes em diversos movimentos revolucionários, os jornais contribuíram como propagadores dos ideais inovadores, assim como, estiveram também ao lado de forças conservadoras, em busca da manutenção de determinado *status quo*. A importância da imprensa tem sido tão evidente que ela chegou a ser denominada de “quarto poder”, ao marcar sua presença, fiscalizando, criticando, elogiando, atacando, apoiando, censurando, agindo, enfim, como elemento determinante da formação histórica das mais diferentes comunidades.

Nesse quadro, apesar de certa preponderância dos grandes jornais na construção da opinião pública, basicamente pela quantidade de leitores que atinge, um dos setores que marcou sua presença na história do jornalismo foi o da pequena imprensa, notadamente durante o século XIX. Mesmo que representada, normalmente, por folhas não-diárias, de circulação irregular e de curta sobrevivência, a atividade jornalística desempenhada pela pequena imprensa

garantiu seu lugar junto ao público. Diferentemente dos grandes periódicos - em geral caracterizados por expressarem-se através de formas sérias e unívocas, tendo em vista seus predominantes interesses comerciais, intentando, assim, a satisfação do maior número possível de leitores - os pequenos jornais, ao não estarem tão preocupados com suas bases comerciais, estiveram, na maioria dos casos, ligados às várias formas de contestação, lançando mão de pronunciamentos marcados pelo humor, pela sátira, e, acima de tudo, pela crítica.

No Brasil do século XIX, a pequena imprensa exerceu função primordial durante a evolução político-institucional do país, notadamente em dois de seus momentos decisivos como o foram a formação do Estado Nacional e a mudança na forma de governo. No Rio Grande do Sul da mesma época, caracterizado pelas rivalidades, pelas divergências e pelos conflitos político-ideológicos e, conseqüentemente, pelos confrontos militares, o jornalismo, marcadamente o praticado pelas pequenas folhas, teve participação decisiva na preparação dos ânimos desde a Revolução Farroupilha até a Federalista e de todas as incongruências advindas do processo de transição da Monarquia à República.

A cidade do Rio Grande, uma das primeiras onde foram realizadas práticas jornalísticas e que se caracterizou por possuir alguns dos mais duradouros periódicos, no contexto sul-rio-grandense, teve o desenvolvimento histórico de sua imprensa também marcado pela circulação de uma série de pequenos jornais, dos mais variados gêneros e tendências.

A pequena imprensa rio-grandina desenvolveu-se ao longo do século XIX, e desde a sua gênese, no

início da década de 1830, perpassou por uma série de avanços e recuos, até o seu quase completo desaparecimento nos primórdios do século XX; processo que pode ser representado através do seguinte gráfico:

Line graph showing the number of cases per day for COVID-19 in the Netherlands from March 1 to March 31, 2020. The y-axis represents the number of cases (0 to 12). The x-axis represents the date. The graph shows a highly volatile trend with multiple peaks, the highest reaching approximately 11 cases in late March. Below the x-axis, the daily case counts are listed in three rows.

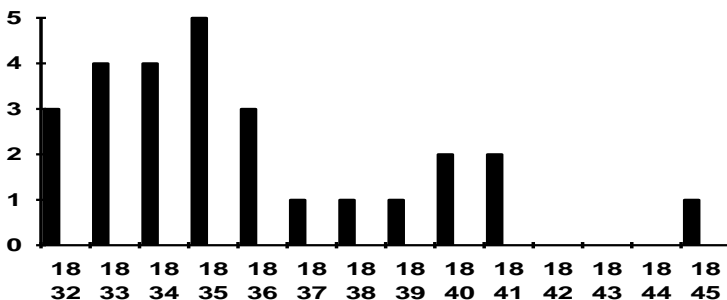
1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8
3	3	4	4	4	5	5	6	6	6	7	7	8	8	8	8	8	9	9	9
2	6	0	4	8	2	6	0	4	8	2	6	0	4	8	2	6	0	4	8

A partir da observação dessa evolução quantitativa da pequena imprensa rio-grandina, pode-se observar que a mesma desenvolveu-se em três fases. A primeira vai desde o surgimento da imprensa, em 1832, passando por uma fase de retrocesso completo no número de folhas publicadas, até uma breve recuperação, em 1845. A segunda etapa deu-se a partir de uma retomada das atividades jornalísticas, em 1846, a qual sucedeu um período de estabilidade até 1850 e que, posteriormente, apesar de um breve influxo, teve um novo declínio, durando até 1868, quando uma outra recuperação anunciava a nova fase. O terceiro período de desenvolvimento da pequena imprensa rio-grandina,

demarcado pelo avanço ocorrido em 1869, caracterizou-se por certa estabilidade; pois, mesmo com certos recuos, os mesmos nunca chegaram a representar uma ausência total de circulação; e pelo verdadeiro apogeu, ocorrido nas décadas de oitenta e, principalmente de noventa. Essa última etapa prolongou-se até o início do século XX, quando, apesar de breves retomadas, viria a encerrar-se o desenvolvimento da publicação de pequenos jornais.

Ao fazer parte de um processo histórico, essas etapas não foram estanques entre si, e, mesmo que balizadas a partir de um levantamento quantitativo, esse não foi o único elemento determinante para a construção desse tipo de estrutura, sendo para isso fundamentais a própria organização qualitativa dos jornais, assim como todo o contexto histórico do seu desenvolvimento, chegando-se, assim, a uma análise das características intrínsecas de cada uma das fases da pequena imprensa rio-grandina.

**NÚMERO DE PEQUENOS JORNAIS RIO-GRANDINOS  
ENTRE 1832 E 1845 (POR ANO)**



A pequena imprensa rio-grandina teve as suas origens diretamente ligadas ao tenso clima político do jovem Estado Nacional Brasileiro e à fermentação dos confrontos partidários e ideológicos que resultaria na Guerra Civil de 1835. Assim, desde a criação dos primeiros jornais até a eclosão do movimento rebelde e a ruptura institucional, com a criação da República Rio-Grandense, entre 1832 e 1836, a imprensa passou por uma etapa de avanço praticamente constante. A partir de então ocorreu uma tendência ao declínio, culminando no período entre 1842 e 1844, com o completo desaparecimento das atividades jornalísticas.

Essa ausência de jornais deveu-se ao próprio desgaste político-militar advindo do prolongamento da guerra, trazendo também, como consequência direta, a crise econômica para a Província. Afetadas as condições de sobrevivência da população, bem como de seus padrões de consumo, não apareciam os periódicos como gêneros de primeira necessidade. Além disso, a própria legislação contribuiu para a extinção dos periódicos, tendo em vista que, desde dezembro de 1841, os pequenos crimes, entre os quais os de imprensa, passaram a ser julgados pelos delegados de polícia; isso fazia com que o controle sobre as opiniões expressas nas folhas tivessem um policiamento em âmbito local, mais direto e incisivo; coibindo, desse modo, as práticas jornalísticas predominantes então, marcadas pelo partidarismo e pelas disputas políticas entre os grupos em conflito. Somente a partir de 1845, com a pacificação provincial, a imprensa seria retomada no Rio Grande.

A primeira fase da imprensa rio-grandina, refletindo o clima de disputas de então, foi essencialmente político-partidária. As folhas, com

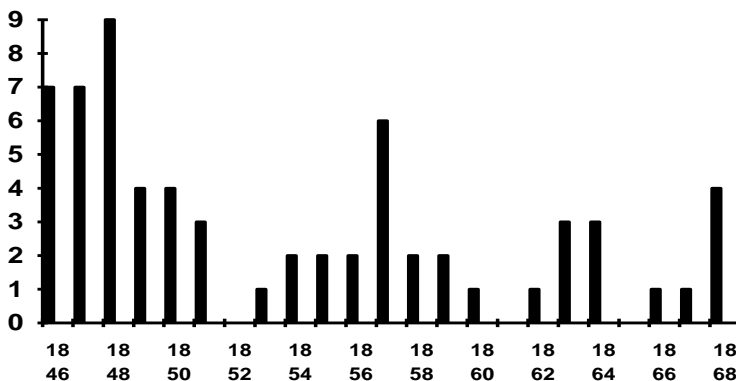
razoável qualidade tipográfica para aquele período, circulavam, na maior parte dos casos, duas vezes por semana, embora essa publicação nem sempre fosse das mais regulares. Os jornais, mesmo que com níveis de aproximação variáveis, tiveram uma íntima relação com a preparação e o desenvolvimento da Revolução Farroupilha. Manifestava-se, assim, através dos periódicos, o confronto entre rebeldes e legalistas, em uma verdadeira batalha de palavras. Certas folhas ainda intentaram pautar sua linha editorial na neutralidade, na equidistância, na moderação e na conciliação, porém, mesmo que indiretamente, se referiam ao conflito e incidiam na prática jornalística predominante da época, o jornalismo opinativo.

Dessa maneira, a etapa que marcou a gênese da imprensa rio-grandina, bem como da rio-grandense como um todo, foi fundamental para moldar em grande parte o comportamento das folhas político-partidárias da cidade e da Província/Estado, ao longo do século XIX, através dos pronunciamentos ricos em exortações públicas, muitas vezes mais direcionadas ao sentimento e à paixão, do que ao raciocínio e à reflexão. Práticas essas que seriam constantemente retomadas, notadamente durante o processo de transição da Monarquia à República, formando-se, assim, alguns dos dispositivos de manipulação da opinião pública por meio da imprensa, com a formação de identidades político-partidárias e a personificação do “nosso” e do “outro”, do “partidário” e do “adversário”, do “aliado” e do “inimigo”. Assim, os confrontos políticos, partidários e militares típicos da formação histórica sul-rio-grandense, iriam traduzir-se em conflitos ideológicos através da imprensa.



PERIODISMO NA CIDADE DO RIO GRANDE: ESTUDOS  
HISTÓRICOS

NÚMERO DE PEQUENOS JORNAIS RIO-GRANDINOS  
ENTRE 1846 E 1868 (POR ANO)



A segunda fase da pequena imprensa rio-grandina caracterizou-se por um avanço inicial, notadamente pela publicação de um grande número de pasquins, entre 1846 e 1848, bem como, em 1857. O primeiro afluxo de pasquins, na década de quarenta, refletiu uma característica desse gênero jornalístico no Rio Grande, ou seja, circular em larga escala nos períodos pós-revolucionário (fenômeno que se repetiria no período posterior à Guerra Civil de 1893-1895).

Após essa etapa de expansão, os pequenos jornais rio-grandinos iriam entrar em uma fase predominantemente de declínio, entre as décadas de cinquenta e sessenta, reflexo das próprias dificuldades econômicas enfrentadas pelo município e pela concorrência direta de pelo menos quatro folhas que surgiam ou afirmavam-se representando os “grandes” periódicos rio-grandinos - o *Diário do Rio Grande*, o

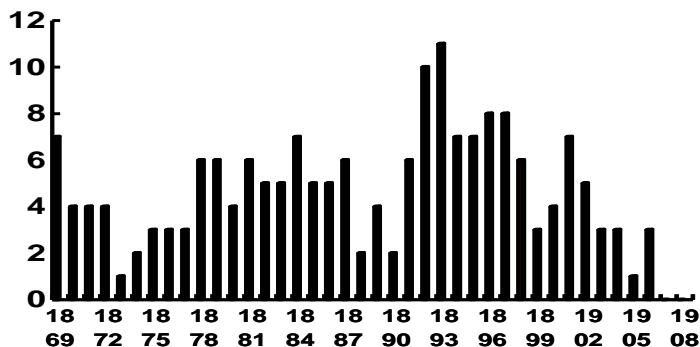
*Comercial*, o *Eco do Sul* e o *Artista*. A partir da segunda metade da década de sessenta se iniciaria um lento processo de recuperação da pequena imprensa.

Nesse período, o jornalismo rio-grandino, além de passar por uma fase de crescimento numérico, com relação a anterior, caracterizou-se também por uma diversificação nos gêneros publicados. Ao lado da pasquinagem, atividade jornalística através da qual se manifestava o jornalismo opinativo, apareceram também periódicos primordialmente preocupados com o oferecimento de informações do público, os noticiosos, e aqueles dedicados à recreação e enriquecimento cultural dos leitores, os literários.

Essa segunda etapa representou uma verdadeira fase de transição entre as duas outras, guardando características de ambas. Através dos pasquins permaneceram as disputas políticas, porém, agora, muito mais direcionadas a discussões de cunho pessoal; mesmo assim, através dessas folhas chegou a se fazer presente o embate partidário e ideológico entre os dois grupos que dominaram a vida política durante o II Reinado, traduzido pelas polêmicas entre liberais e conservadores. Já a diversificação nas práticas jornalísticas, seria um dos passos em direção a uma especialização da imprensa, típica da terceira fase. Os avanços quantitativo, marcadamente no que se referiu aos pasquins, e qualitativo, mais especificamente dos noticiosos e literários já anunciavam o terceiro período, o de maior desenvolvimento, da pequena imprensa rio-grandina.

PERIODISMO NA CIDADE DO RIO GRANDE: ESTUDOS  
HISTÓRICOS

NÚMERO DE PEQUENOS JORNAIS RIO-GRANDINOS  
ENTRE 1869 E 1910 (POR ANO)



A última fase da pequena imprensa rio-grandina marcou o seu período de maior desenvolvimento, observando-se significativa estabilidade e consideráveis avanços, notadamente, ao final da década de sessenta e durante boa parte dos anos oitenta e noventa. Esses avanços corresponderam a períodos de crescimento econômico da cidade, bem como as fases de maior retrocesso da imprensa, notadamente ao final da década de oitenta, refletiam certos decréscimos naquele progresso econômico. Além disso, a existência de certos recuos dos pequenos jornais também eram reflexo da eterna concorrência com as “grandes” folhas, que também passavam pela sua fase de apogeu nessa época.

Nessa etapa, circularam os periódicos mais organizados e duradouros dentre a pequena imprensa rio-grandina. Ocorreram, também, alguns dos mais altos índices no número de jornais circulando ao ano, com destaque para o período entre 1892 e 1897, marcado

pelas transformações ocorridas a partir da mudança da forma de governo, refletidas, mais uma vez, no contexto regional, pelos conflitos político-partidário, ideológico e militar, característicos da preparação, eclosão, desenvolvimento e sequelas da Revolução Federalista. Assim, no campo político, as diferentes tendências que marcaram a vida partidária rio-grandense, ao final do Império e nos primórdios da nova forma de governo, como o gasparismo, o positivismo-castilhismo e as dissidências republicanas, também fizeram ecoar seus ideais através da imprensa, traduzindo-se os confrontos políticos e militares em uma verdadeira batalha ideológica promovida por meio dos jornais.

Essa terceira fase da pequena imprensa rio-grandina desenvolveu-se até os primeiros anos do século XX, momento demarcado por um retrocesso até o seu desaparecimento. Esse declínio foi fruto da nova etapa pela qual passava o jornalismo de então, com uma verdadeira concentração das atividades jornalísticas e o predomínio das folhas que passaram a se organizar em moldes empresariais, anulando o já limitado espaço para circulação dos pequenos jornais. Além disso, a própria economia rio-grandina passava por dificuldades nesse momento, fenômeno refletido pelo decréscimo na arrecadação municipal e nas práticas comerciais através do porto.

No período entre o final da década de 1860 e os anos noventa, a pequena imprensa do Rio Grande, além de ter passado pela sua fase de maior crescimento quantitativo/qualitativo, chegou ao seu maior nível de diversificação e de especialização. Ao lado das folhas caricatas e de uma retomada da imprensa político-partidária, continuaram circulando pasquins, noticiosos

## PERIODISMO NA CIDADE DO RIO GRANDE: ESTUDOS HISTÓRICOS

e literários, bem como setores específicos da comunidade rio-grandina se fizeram representar por meio da imprensa. Manifestavam-se então as diferentes formas de fazer jornalismo, através de jornais com práticas opinativas, informativas ou de amenidades, servindo, dessa maneira, a diferentes preferências por parte do público leitor.

Assim, o desenvolvimento da pequena imprensa, ao longo de suas três fases, correspondeu a uma evolução nas atividades jornalísticas na cidade do Rio Grande, de modo que a média de jornais circulando ao ano, na primeira etapa foi de 1,93; já no segundo período, essa média se elevou para 2,71; e, finalmente, na última fase o número médio era de 4,89.

Mesmo com esse crescimento e representando um dos importantes segmentos da imprensa rio-grandina, os pequenos jornais caracterizaram-se por circulações pouco perenes, tendo em vista uma série de dificuldades que obstaculizaram a sua sobrevivência. Essa existência pouco duradoura da pequena imprensa pode ser sintetizada através do seguinte quadro:

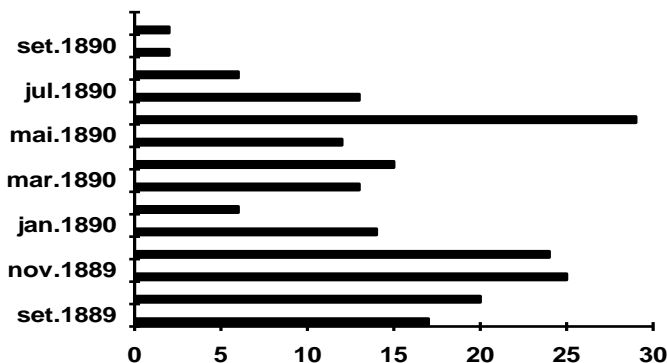
PERÍODO DE DURAÇÃO	QUANTIDADE DE JORNAIS (%)
menos de um ano	63,64
um ano	20,78
dois anos	5,84
três anos	1,95
quatro anos	1,30
cinco anos	1,95
mais de cinco anos	4,54

Desse modo, pode-se observar que 84,42% dos pequenos jornais circularam somente por um ano ou menos. Também é significativo que 85% dos periódicos que circularam por cinco anos ou mais, eram representantes da terceira fase, a de maior desenvolvimento da imprensa do Rio Grande. O cerne dos problemas que dificultavam a sobrevivência daquelas folhas esteve ligado, na maioria dos casos, à falta de uma base comercial melhor estruturada.

Um dos elementos que mais prejudicou a sustentação financeira das pequenas folhas foi a imensa dificuldade em obter anunciantes. Exemplo representativo dessa situação foi o escasso número de anúncios publicados em *O Trabalho Nacional*, periódico que pela sua própria orientação, promovido e direcionado aos setores sociais ligados à produção (agricultura e indústria), deveria despertar o interesse de prováveis anunciantes. Na realidade isso não ocorreu como demonstra o seguinte gráfico:

PERIODISMO NA CIDADE DO RIO GRANDE: ESTUDOS  
HISTÓRICOS

NÚMERO DE ANÚNCIOS PUBLICADOS  
MENSALMENTE PELO JORNAL *O TRABALHO*  
NACIONAL ENTRE SETEMBRO DE 1889 E OUTUBRO DE  
1890



Dessa forma, o número máximo de anúncios publicados por *O Trabalho Nacional*, durante um mês - vinte e nove - não chegava a atingir a média de anúncios diários das “grandes” folhas. Além disso, o número total de anúncios publicados por aquele periódico, ao longo de quatorze meses - cento e noventa e oito - correspondia a uma cifra inferior à média de anúncios dos “grandes” jornais no período de apenas uma semana. Essa situação foi típica dos representantes da pequena imprensa e mesmo aqueles que consistiram em exceções, não resistiram à desigual concorrência dos “grandes” diários.

Nesse sentido, além da prestação de serviços tipográficos ou litográficos (notadamente no caso dos caricatos), nem sempre significativos financeiramente, só restava aos pequenos jornais a arrecadação obtida na venda de seus exemplares. A média de preços praticados

pela pequena imprensa rio-grandina, ao longo de suas três fases, pode ser observada a partir do seguinte quadro:

**CUSTO MÉDIO DA ASSINATURA ANUAL, SEMESTRAL,  
TRIMESTRAL, MENSAL E DO NÚMERO AVULSO DOS  
PEQUENOS JORNAIS RIO-GRANDINOS**

FASE OU GÊNERO	ANO	SEMESTRE	TRIMESTRE	MÊS	NÚMERO AVULSO
jornais da primeira fase	---	4\$000	2\$000	---	100 réis
pasquins	---	---	---	800 réis	200 réis
noticiosos	12\$000	7\$000	4\$000	1\$500	100 réis
literários	10\$000	5\$000	2\$500	900 réis	500 réis
caricatos	14\$000	8\$500	4\$500	2\$500	500 réis
político-partidários	12\$000	8\$000	4\$000	2\$500	150 réis
jornais dos trabalhadores	---	---	3\$000	1\$000	---
religiosos	3\$000	---	1\$000	---	---
maçons	12\$000	6\$000	4\$000	---	---
folhas da colônia portuguesa	10\$000	7\$000	3\$000	1\$000	---

Através dessa escala de preços pode-se perceber que o jornal não era um elemento de tão fácil aquisição, ainda mais quando comparado a alguns gêneros de primeira necessidade como a carne (que custava 220 réis o quilo, em 1888) ou o aluguel mensal de uma residência (4\$000, em 1898). No entanto, se a comparação for feita com relação a um livro, por exemplo, o custo do jornal era mais reduzido. Limitava-se, assim, o consumo dos



periódicos ao poder aquisitivo de determinados setores da população.

Mesmo com a tentativa de diminuir o custo da assinatura em relação ao número avulso, ou ainda, com a utilização da distribuição prévia dos exemplares, para posterior conquista dos “favorecedores”, os pequenos jornais passavam por dificuldades na manutenção dessa modalidade de venda, notadamente por causa do inadimplemento por parte dos assinantes, até porque, assinar uma folha sobre a qual não se tinha certeza da continuidade de sua circulação, não deixava de ser um contrato de risco. Esses problemas para manter um nível razoável de assinaturas tirava em grande parte daqueles periódicos a possibilidade de obter uma antecipação de renda, a qual representaria importante capital de giro. Além disso, os preços das pequenas folhas eram proporcionalmente equivalentes ao dos “grandes” diários, o que dava poucas condições de concorrência àqueles, tendo em vista a tiragem maior, periodicidade mais intensiva e circulação garantida destes últimos.

As vantagens dos “grandes” jornais ainda eram completadas por melhores condições de infraestrutura, pois todos eles possuíam – mesmo que ainda em uma fase artesanal, se comparada com a futura modalidade de jornalismo empresarial – suas próprias oficinas, fator que representava certa garantia na manutenção da periodicidade regular e do número de exemplares circulando. Quanto às pequenas folhas, apesar de muitas delas terem atingindo excelentes níveis de organização, apenas trinta por cento, aproximadamente, chegou a ter condições de montar e sustentar suas próprias instalações tipográficas.

Esse contexto de amplas dificuldades em competir com a melhor estrutura das “grandes” folhas e a circulação em um campo socioeconômico nem sempre fértil para o consumo da leitura serviria como obstáculo, porém não como impedimento absoluto para os pequenos jornais que se proliferaram, ao longo do século XIX, na busca de espaço junto à imprensa rio-grandina.

A falta de uma base comercial foi, na maioria dos casos, o preço pago pelos pequenos jornais para manterem seu espírito de contestação. No entanto, a curta sobrevivência não diminuiu a importância e o significado da pequena imprensa, a qual marcou sua presença na formação de hábitos e mentalidades, exerceu influência nas maneiras de agir e pensar, e, enfim, prestou sua contribuição para moldar a opinião pública junto à comunidade rio-grandina<sup>14</sup>.

---

<sup>14</sup> Publicado originalmente em: *Imprensa & história*, Porto Alegre: Associação dos Pós-Graduandos em História da PUCRS, 1997, p. 15-25.

# **História regional e imprensa no Rio Grande**

Uma das mais significativas fontes que tem servido às reconstruções históricas de caráter regional tem sido a imprensa. Idiossincrasias, peculiaridades, identidades, inserções e exclusões, entre vários outros processos de cada uma das regiões nacionais (províncias ou estados), tornam-se marcadamente evidenciados em estudos entabulados a partir das informações/opiniões contidas na imprensa. Os jornais acompanharam toda a existência do Estado Nacional Brasileiro, refletindo várias das condições circunstanciais/conjunturais que caracterizaram a vida nacional e em cada uma de suas unidades. O caso do Rio Grande do Sul não foi diferente e, desde os anos vinte do século XIX, o jornalismo reproduziu em grande parte os modos de agir e pensar da sociedade sul-rio-grandense. Nesse quadro, a cidade do Rio Grande inseriu-se a contento, constituindo um dos mais tradicionais e categorizados espaços no contexto gaúcho, onde desenvolveram-se as lides jornalísticas.

Nesse sentido, a história regional encontra na imprensa rio-grandense-do-sul um manancial de informações praticamente inesgotável. O processo de fermentação revolucionária que resultaria na Guerra Civil de 1835-1845; a reconstrução da província e a reordenação partidária, com as tendências conciliatórias

e de coligação; as disputas entre liberais e conservadores; a agitação política e bélica dos primeiros tempos republicanos, com a deflagração da Revolução Federalista; a consolidação do sistema castilhistaborgista; a crise dos anos vinte e a derrocada da República Velha; a reorganização partidária e institucional pós-Revolução de 1930; o fechamento da ditadura estado-novista; a reabertura democrática; as práticas populistas; os governos militares; e um novo período de redemocratização – levando-se em conta somente os condicionantes de natureza política – são apenas alguns dos temas abordados à exaustão pelo jornalismo gaúcho.

Tendo em vista essa larga gama de possibilidades de análise, se alicerçam duas tendências fundamentais para a interpretação histórica a partir do jornalismo, ou seja, uma história através da imprensa, na qual o pesquisador busca reconstruir um determinado evento ou processo histórico, tomando por base as informações alocadas nos jornais; ou ainda, uma história da imprensa, pela qual, o estudioso intenta abordar o conteúdo histórico de um determinado periódico, ou ainda de um conjunto de jornais. Nessa linha, articulando essas duas tendências, o historiador terá amplas condições de utilizar-se da imprensa como fonte e/ou objeto de estudo, selecionando as informações por ela prestadas, filtrando do conteúdo noticioso, as convicções e posturas (abertas ou veladas) do jornal, ou ainda, trabalhando esse próprio caráter opinativo, através da identificação das construções discursivas emitidas pelas publicações em estudo.

Esse trabalho tem por objetivo destacar a importância da imprensa para a reconstrução de uma

## PERIODISMO NA CIDADE DO RIO GRANDE: ESTUDOS HISTÓRICOS

história regional, através da realização de um breve estudo de caso. O objeto selecionado para a análise está relacionado à cidade do Rio Grande – uma das comunidades rio-grandenses e brasileiras onde se praticou um dos jornalismos mais avançados durante o século XIX – e mais especificamente a três dos mais significativos jornais que circularam nessa comunidade portuária, o *Diário do Rio Grande*, o *Artista* e o *Eco do Sul*. O foco de análise se dará sobre um curto espaço temporal, demarcado pela ampla agitação política, partidária e ideológica, da qual redundaria mais um conflito bélico, característico da formação republicana no Rio Grande do Sul, adotando-se, portanto, como âncoras cronológicas, o período que vai da mudança na forma de governo brasileiro, até a pacificação do mais grave confronto revolucionário que marcou a jovem república brasileira.

A partir desse recorte cronológico, serão colocadas em evidência, como amostragem, as reações discursivas dos jornais diante de alguns dos eventos fundamentais à época, a saber, as manifestações do movimento republicano, ainda à época monárquica, a proclamação da república, o avanço do castilhismo, a formação das frentes oposicionistas ao modelo castilhista, o golpe de estado perpetrado pelo Presidente Deodoro da Fonseca, a deposição de Júlio de Castilhos do Governo do Estado, o Governicho, a retomada do poder pelos castilhistas, a Revolução Federalista e a pacificação desta mesma guerra civil. Através desses microcosmos torna-se possível um conhecimento do conjunto da formação republicana no Rio Grande do Sul, bem caracterizada como um dos momentos em que mais ficaram enraizadas as peculiaridades da formação

histórica rio-grandense em relação à conjuntura do restante do país<sup>15</sup>, e, portanto, em um dos casos o qual fica evidenciado que nem sempre as explicações abrangentes e generalizantes de uma “história nacional” (normalmente baseadas unicamente em uma história do centro do país) são o suficiente, cabendo aí os estudos calcados em uma história regional.

Durante a formação da República no Rio Grande do Sul, o jornalismo rio-grandense passava por mais uma de suas fases de expansão, tendo em vista o próprio debate político-ideológico que então se entabulava. Dos vários grupos que se perfilaram em conflito, cada qual

---

<sup>15</sup> A respeito desse processo histórico, ver: ALVES, Francisco das Neves & TORRES, Luiz Henrique (orgs.). *Pensar a Revolução Federalista*. Rio Grande: Ed. da FURG, 1993.; BARETTA, Silvio Rogério Duncan. *Political violence and regime change: a study of the 1893 Civil War in Southern Brazil*. Pittsburgh: University of Pittsburgh, 1985.; FLORES, Moacyr (org.). *1893-95: a Revolução dos Maragatos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.; FRANCO, Sérgio da Costa. O sentido histórico da Revolução de 1893. In: *Fundamentos da cultura rio-grandense*. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul, 1962 (quinta série). p. 191-216.; FRANCO, Sérgio da Costa. *A Guerra Civil de 1893*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1993.; LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975.; PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A Revolução Federalista*. São Paulo: Brasiliense, 1983.; POSSAMAI, Zita (org.). *Revolução Federalista de 1893*. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1993.; RAMBO, Arthur Blásio & FÉLIX, Loiva Otero (orgs.). *A Revolução Federalista e os teuto-brasileiros*. São Leopoldo: Ed. da UNISINOS; Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1995.; e VILLALBA, Epaminondas. *A Revolução Federalista no Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Laemmert & Cia., 1897.

tinha sua própria publicação periódica, servindo para legitimar as formas de pensar e agir de seus aliados e, ao contrário, deslegitimar as dos adversários. Assim, as diferentes e divergentes frentes partidárias que se digladiavam à época, como castilhistas, gasparistas e dissidentes republicanos, tenderam a sustentar verdadeiro conflito discursivo, de modo que a guerra não ocorreria apenas por meio das armas, como também, através das palavras<sup>16</sup>.

Nos primeiros anos de vigência da nova forma de governo brasileira, a imprensa na cidade do Rio

---

<sup>16</sup> Alguns estudos de caso e explicações gerais sobre as inter-relações entre imprensa e a história política gaúcha dessa época são realizados em: ALVES, Francisco das Neves. *O Bisturi: imprensa oposicionista na cidade do Rio Grande (1888-1893)*. In: ALVES, F. N. & TORRES, L. H. (orgs.). *Pensar a Revolução Federalista*. Rio Grande: Ed. da FURG, 1993. p. 53-63.; FÉLIX, Loiva Otero. Pica-paus e maragatos no discurso da imprensa castilhista. In: POSSAMAI, Z. (org.). *Revolução Federalista de 1893*. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1993. p. 51-56.; FÉLIX, Loiva Otero. Mito e alegoria: o universal e o nacional na luta federalista. In: ALVES, F. N. & TORRES, L. H. (orgs.). *Pensar a Revolução Federalista*. Rio Grande: Ed. da FURG, 1993. p. 153-162.; FÉLIX, Loiva Otero. Imprensa, revolução e discurso: a construção de categorias. In: RAMBO, A. B. & FÉLIX, L. O. (orgs.). *A Revolução Federalista e os teuto-brasileiros*. São Leopoldo: Ed. da UNISINOS; Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1995. p. 179-185.; FRANCO, Sérgio da Costa. A evolução da imprensa gaúcha e o *Correio do Povo*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. n.131. Porto Alegre: 1995. p. 33-40.; e RÜDIGER, Francisco Ricardo. A imprensa: fonte e agente da Revolução de 1893. In: *Anais do Seminário Fontes para a História da Revolução de 1893*. Bagé: URCAMP, 1983. p. 26-35.

Grande passava por uma fase de transição, de uma etapa de apogeu, típica das três últimas décadas do século XIX, a uma certa decadência, prenúncio de uma crise que se faria presente na centúria seguinte. Esse declínio do jornalismo rio-grandino advenho das próprias transformações da imprensa brasileira como um todo a partir dos primórdios do que viria a constituir um processo crescente de concentração das atividades jornalísticas, com um aumento desproporcional da concorrência entre as folhas, restando espaço à imprensa empresarial, em detrimento dos empreendimentos individuais ou familiares, característicos dos oitocentos, os quais vão encontrando obstáculos cada vez maiores à sua sobrevivência. Além disso, nos anos iniciais da República, em nome da salvação das novas instituições, ocorreria forte repressão sobre as lides jornalísticas, de modo que perseguições, fiscalização direta das autoridades públicas e ferrenha coerção legal foram fatores constantes que serviram para retirar a seiva editorial de vários jornais, além de abalarem seu compromisso com a circulação regular, levando a prejuízos às vezes fatais à continuidade dessas mesmas folhas.

Na cidade do Rio Grande circularam vários gêneros jornalísticos, desde os vinculados a uma pequena imprensa, como pasquins, literários, caricatos, político-partidários e representantes de variados segmentos da comunidade, até os melhor estruturados e caracterizados por um período de existência significativamente longo, jornais diários, voltados, normalmente, a um fundamento mais noticioso e comercial da denominada imprensa séria. Neste último quadro esteve incluído o *Diário do Rio Grande*, fundado



em 1848 e que, progressivamente, se afirmaria como uma das mais importantes publicações rio-grandinas, tendo seu norte editorial vinculado à ideia de fazer um jornalismo essencialmente noticioso e apolítico diante das disputas partidárias, mantendo, no entanto, ligações com os partidos monárquicos, primeiro, com o conservador e, mais tarde, com o liberal. O *Artista*, por sua vez, passou a circular em 1862, surgindo como um semanário que seria a voz dos artífices, para, em poucos anos, transformar-se em um diário noticioso-comercial com vínculos históricos ao partido liberal. O *Eco do Sul* foi o mais longo dos jornais rio-grandinos do século XIX e, mesmo não se descuidando de suas matérias de natureza informativa e publicitária, constituiu uma das mais combativas folhas rio-grandinas, deixando aberta e evidenciada sua filiação partidária aos conservadores.

A mudança na forma de governo seria um momento de inflexão para os jornais diários rio-grandinos, os quais tinham suas construções discursivas vinculadas às disputas partidárias entre liberais e conservadores, de modo que, a reordenação (e/ou desorganização) ideológica dos novos agrupamentos partidários levaram as folhas a buscarem também uma redefinição de seus discursos. Além disso, o forte cerceamento às lides jornalísticas, verdadeiro policiamento sobre o pronunciamento dos jornais, fez com que os periódicos rio-grandinos, muitas vezes, tivessem que “optar” entre calar ou serem calados pela repressão, não podendo se manifestar diante dos eventos que arrastariam o Rio Grande do Sul a mais uma guerra civil.

Nessa linha, o *Diário do Rio Grande* e o *Artista* buscariam adotar uma postura de “neutralidade”

apartidária perante as disputas, manifestando-se apenas nas poucas brechas que a repressão política permitiu, mantendo suas afeições ao liberalismo gasparista e um velado olhar de censura para com o castilhismo, os quais, em grande parte, ficariam imersos em um silêncio quase absoluto, advindo do turbilhão restritivo à liberdade de imprensa. Já o *Eco do Sul* constituiu-se, no contexto sul-rio-grandense, em uma das mais importantes folhas a manter uma postura de aberta oposição e até resistência ao sistema castilhista; vinculando-se, primeiramente, aos dissidentes republicanos e, mais tarde, a partir da Guerra Civil de 1893-1895, se colocaria ao lado dos federalistas, mantendo a mesma posição durante praticamente toda a sua existência, no combate ao castilhismo-borgismo, à exceção de momentos em que a dureza da repressão levou à interrupção da circulação da folha.

Assim, esses primeiros anos da República seriam decisivos para os destinos da imprensa diária rio-grandina. O *Diário do Rio Grande* que sempre buscara caracterizar-se pelo equilíbrio entre a exposição mais aberta de suas convicções partidárias e seus interesses de ordem financeira, afundou-se progressivamente no silêncio advindo da repressão até uma mudança de administração que culminaria no desaparecimento em 1910. O *Artista*, também afogado no mar de um silenciar involuntário, passaria por verdadeira crise de identidade, perdendo seu viés discursivo tradicional que redundaria em uma grave indefinição editorial e, a exemplo do *Diário*, teria na transição de sua propriedade o capítulo final de sua existência, parando de circular em 1912. Já o *Eco do Sul* foi o único de sua época que conseguiu garantir sua sobrevivência, como um

empreendimento de natureza familiar que buscou adaptar-se aos novos tempos, tendo de transformar-se editorial e tipograficamente por diversas vezes, inclusive abandonando, de forma mais aberta, seu norte editorial vinculado a um partidarismo mais ferrenho, o que lhe garantiu uma existência até 1934. Foi de acordo com tais condições circunstanciais e conjunturais que os diários da cidade do Rio Grande reproduziram a seus leitores alguns dos mais significativos eventos que marcaram os primeiros cinco anos de existência da República.

Antes mesmo dos acontecimentos de novembro de 1889, os diários rio-grandinos, de acordo com suas ligações aos partidos monárquicos, não viam com bons olhos a organização do movimento republicano. Ao contrário do contexto nacional, onde o movimento antimonárquico já datava desde o Manifesto de 1870, no Rio Grande do Sul, o mesmo foi mais tardio, oriundo de jovens estudantes de Direito que conviveram em São Paulo com os novos ideais, importando-os para a província rio-grandense. Ainda que pouco expressivos em termos eleitorais, os republicanos gaúchos caracterizaram-se por uma bem estruturada organização, proliferando-se os clubes e núcleos republicanos ao longo de várias das localidades Província, bem como estruturando-se o conteúdo programático de um partido que teria, inclusive, um jornal para ser o porta-voz daquele ideário. Progressivamente de um discurso mais moderado, os republicanos rio-grandenses, sob a liderança de Júlio de Castilhos, passariam a defender um maior radicalismo, optando pela formação de um governo que deveria calcar-se nos moldes de uma ditadura positivista.

Diante do avanço do republicanismo, os jornais rio-grandinos manifestaram um espírito frontalmente crítico. Para o *Diário do Rio Grande*, os progressos da propaganda republicana eram vistos como um risco para a Monarquia, representando os ideais republicanos uma anomalia e uma aberração. O *Artista* opinava que os republicanos eram profetas interesseiros e apaixonados, para quem só interessava a agitação em prol da subversão das instituições monárquicas; e defendia que a questão da forma de governo era uma abstração irrealizável, que não correspondia às necessidades sociais do país, nem à vontade nacional. Já segundo o *Eco do Sul*, em seu estilo de maior veemência na afirmação de suas convicções, os republicanos não possuíam as virtudes que deveriam adornar os verdadeiros democratas, eram inimigos da paz alheia e invejosos do bem-estar dos outros, visando uma liquidação da sociedade, de modo que o partido republicano era produto de um cientificismo político, formando um corpo policéfalo de idólatras da teoria, garantindo o *Eco*, com confiança, que o Terceiro Reinado iria constituir uma fase evolutiva na História do Brasil, tardando em um século o advento da república que não se adaptava à índole, ao caráter e aos costumes brasileiros.

De acordo com essa perspectiva, a proclamação da República, de certo modo, surpreenderia as folhas diárias rio-grandinas, levando a uma certa aceitação – forçada ou resignada – diante da consumação do fato. O *Artista* conformou-se e destacou que a nova forma de governo passou do sonho dos adversários da Monarquia a fato consumado pela fatalidade revolucionária dos acontecimentos; não estando dentre aqueles que se

bateram pela transformação, por considerar a questão da forma de governo secundária, em relação à paz, à estabilidade e ao desenvolvimento da nação, aceitava a ordem de coisas estabelecidas, aderindo ao movimento reformador, visando a reconstrução nacional dentro dos limites da ordem pública. Postura parecida a do *Diário* que afirmava submeter-se à evidência do fato consumado, congratulando-se pela não perturbação da ordem pública, uma vez que mais importante era o engrandecimento do país do que as formas de governo. O *Eco do Sul*, mesmo que antes apostasse na continuidade da Monarquia, manifestou seu apoio à nova forma de governo, em nome do patriotismo, pois, estando na República deveria ser republicano, já que o culto à pátria exigia o sacrifício de todos os afetos que o prendiam ao regime combalido, não como uma abjuração, mas como um holocausto imposto pelo patriotismo. Não deixava o *Eco* de, tendo em vista sua filiação conservadora, imputar aos liberais a culpa pela derrocada monárquica, destacando que as atitudes do ministério liberal anteciparam os acontecimentos, concluindo que, desejando ver a grandeza e a glória do Brasil, tornava-se republicano pela pátria.

A crescente radicalização do republicanismo castilhista com a adoção de práticas políticas cada vez mais exclusivistas, buscando a perpetuação no poder e a eliminação de qualquer possibilidade de ascensão dos adversários, levou a um clima de tensão, com a edificação de uma ferrenha oposição ao castilhismo, formada por aqueles que foram alijados do governo. Apesar de não aceitarem o exclusivismo castilhista, tanto o *Diário* quanto o *Artista* tiveram certo comedimento nas críticas ao mesmo, tendo em vista o clima de repressão

que já fazia sentir seus efeitos. Aquele jornal, embora não fizesse referências diretas e abertas aos castilhistas, censurava o exclusivismo partidário, qualificado o mesmo como um desserviço à causa da República, uma vez que geraria uma política de desconfianças e de ódios que só traria resultados negativos ao Rio Grande do Sul e à nação como um todo. O *Artista*, por sua vez, destacava uma censura específica aos castilhistas, explicando que à reconstrução nacional deveriam convergir todos, sem distinções de procedência, sem exclusões e na mais perfeita concórdia; considerava que a política exclusivista era um grande erro, um imenso perigo e um elemento pernicioso que afastava do governo a cooperação eficaz de uma grande parte do povo brasileiro; e complementava enfatizando que, especificamente no Rio Grande do Sul, o exclusivismo levava à formação de um mecanismo político, completamente desengonçado.

Sobre o avanço dos sectários de Júlio de Castilhos, o *Eco do Sul* demarcava sua postura anticastilhista mais evidenciada, opinando que o castilhismo lançara as bases de uma política de ódios que dividia a família rio-grandense, na forma de um exclusivismo que promovia toda a casta de perseguições; explicava ainda que os castilhistas desvirtuaram a “verdadeira república”, lançando mão de todos os meios para aniquilar a oposição que em toda a parte se levantava contra o partidarismo exclusivista. O jornal exclamava querer a *República fraternidade* e não a *República ódio*, não podendo aceitar os castilhistas que, guiados por um homem cheio de ódios e de má índole, enveredavam por caminho escuso, atropelando direitos, desorganizando o serviço público e perseguindo os leais

servidores da República que se revoltavam contra a deturpação da nova forma de governo.

A forte oposição surgida ao exclusivismo dos seguidores de Júlio de Castilhos promoveria a busca de uma certa organização entre essas frentes anticastilhistas. Nesse sentido, principalmente da reunião dos representantes dos antigos partidos imperiais surgiria a União Nacional, frente partidária com um programa amplo para atender aos interesses de seus diferentes segmentos. Mais tarde os membros da União Nacional se juntariam aos dissidentes republicanos no Partido Republicano Federal, ligação que não duraria muito, pois, com as divergências ideológicas, logo tal partido seria a representação da dissidência, e os membros dos ex-partidos monárquicos, sob ascendência dos gasparistas formariam o Partido Federalista, que se tornaria a mais longeva agremiação oposicionista ao modelo castilhista-borgista.

De acordo com seu procedimentos de manter o silêncio quanto aos assuntos políticos, o *Diário* e o *Artista* não teriam muitas oportunidades de se referir às frentes oposicionistas. Quanto à União Nacional, o *Diário do Rio Grande* enalteceu a mesma, considerando-a como a união dos antigos partidos para em comum trabalharem em favor da ordem e tranquilidade rio-grandense; o Partido Republicano Federal e o Partido Federalista atuaram em fases caracterizadas por um silenciar da folha quanto aos assuntos político-partidários, não encontrando oportunidades de referenciar a atuação dos mesmos. Já o *Artista*, mesmo sem dar um apoio direto, divulgou manifestos e noticiou a proliferação da União Nacional, como forma de combate ao exclusivismo partidário no Rio Grande do Sul; quanto à dissidência republicana, o

jornal manifestou significativa desconfiança, não se referindo ao Partido Republicano Federal como força oposicionista; considerava que os liberais gasparistas não deveriam unir-se aos dissidentes castilhistas, devendo o jogo partidário dar-se entre o Partido Republicano Rio-Grandense e o Partido Federalista, esse sim, o verdadeiro representante da oposição rio-grandense.

A União Nacional foi elogiada pelo *Eco do Sul*, por considerar que a fusão dos dois velhos partidos arrastaria a grande massa da população, formando-se um partido composto de todos os elementos em revolta contra a política de ódios e exclusivismos, levando o Rio Grande do Sul à posição de vanguarda na consolidação, em paz e felicidade, da República. O Partido Republicano Federal foi qualificado como a agremiação honesta, digna, patriótica e homogênea que, unificando em um só pensamento todas as legiões do federalismo, levaria à derrocada do castilhismo. Quanto ao Partido Federalista, a princípio, foi censurado e considerado como um retrocesso e uma anarquia, não aceitando a tese parlamentarista do gasparismo. A folha permaneceu ao lado dos dissidentes republicanos, chegando a acusar os federalistas como portadores de ideias restauradoras. Porém, após a Guerra Civil, o *Eco* passou a dar integral apoio à agremiação federalista, destacando-a como a verdadeira representante das oposições gaúchas e da vontade popular, manifestando seu orgulho de seguir os ensinamentos grandiosos do notável tribuno e apontando que a bandeira da liberdade dos federalistas era bastante ampla e generosa, para acolher todos os patriotas dispostos a combater o castilhismo.



Um divisor de águas nos caminhos da história política gaúcha se daria a partir do golpe de Estado perpetrado pelo Presidente Deodoro da Fonseca. Acostumado a governar de forma ditatorial, o marechal-presidente não se acostumaria a administrar com os limites de um regime constitucional, buscando, através do golpe, dispensar o outro poder institucional, visando concentrar forças no Executivo, eliminando os “incômodos” de ter de governar junto do Congresso Nacional. A imprensa rio-grandina, aproveitando a reação amplamente negativa da opinião pública para com o comportamento do Presidente, voltaria a fazer referências aos eventos de cunho político, desaprovando com veemência aquele golpe e apoiando o movimento que ficou, à época, conhecido como “Revolta de 8 de Novembro”, visando afastar do poder os governantes na esfera federal e estadual.

O *Eco do Sul* considerou que a dissolução do Congresso foi um ato despótico, um golpe de Estado e uma provocação de requintada ousadia; contra tal atitude de ameaça e terror deveriam levantar-se todos os patriotas, de modo que a “patriótica” Revolução de 8 de Novembro, unida ao Exército e à Armada vingara a afronta atirada à face do país pelo Presidente da República, dando à pátria brasileira a prova de maior civismo, ao abater a tirania irresponsável do Marechal Deodoro. Para o *Artista*, a atitude do Presidente da República, um conspirador, inimigo da ordem e do progresso e praticante da fraude e do canibalismo político, conculcou a vontade do povo, buscando transformá-lo em um rebanho de tímidos cordeiros, ou em um troço de escravos, sem os estímulos da dignidade e do brio, através da mais retrógrada tirania; o povo rio-

grandense retomava seus valores liberais ao promover a revolução que intentava a derrubada do ditador. Na mesma linha, o *Diário* afirmou que o Chefe da Nação violara a Constituição, proclamando-se ditador, afrontando o país com sua prepotência e incompatibilizando-se com a opinião pública.

No contexto regional, Júlio de Castilhos foi acusado pelos oposicionistas de apoiar o golpe de Deodoro, promovendo-se a derrubada do governante, assumindo uma frente formada por representantes das diferentes alas da oposição gaúcha. Ainda que os castilhistas tivessem sido apeados do poder, o *Diário do Rio Grande* e o *Artista* mantiveram-se receosos em manifestar-se quanto ao assunto, já o *Eco* apoiou abertamente o movimento que destituíra o líder dos republicanos. Nesse sentido, o *Diário* buscou demonstrar certo desinteresse pelos acontecimentos de então, considerando-os como de menor importância, visto que a necessidade mais urgente era o afastamento do Presidente da República, o promotor do golpe. O *Artista* silenciou quanto ao quadro estadual, optando por concentrar todas as críticas em Deodoro da Fonseca, não fazendo referências às atitudes do deposto governante gaúcho. O *Eco do Sul*, no entanto, aplaudiu o evento e insistiu em apontar Castilhos como representante de Deodoro no Estado e, portanto, cúmplice no golpe de Estado. Segundo esse jornal, o Rio Grande do Sul convulsionara-se para promover a extinção do castilhismo, que era o prolongamento de um governo federal de aviltamentos e misérias, de modo que a queda de Júlio de Castilhos impunha-se como uma necessidade nacional, porque esse homem representava a afirmação vergonhosa do ato de deturpar da República.

Os representantes dos diversos segmentos oposicionistas gaúchos, alçados ao poder, não conseguiriam manter a coligação por muito tempo. A falta de afinidade política e ideológica logo levaria a uma cisão entre as frentes de oposição, afastando-se as lideranças vinculadas aos antigos partidos monárquicos, vindo a formar o Partido Federalista, de ascendência liberal, permanecendo no poder os dissidentes republicanos, durante aquele curto período de governo que excluía os castilhistas e que ficaria conhecido como Governicho, pecha por estes últimos imputada. Ainda associados ao pensamento liberal gasparista, o *Artista* e o *Diário* edificariam um discurso crítico quanto ao Governicho. Para o primeiro, aquele constituía um momento de profunda crise que prenunciava resultados funestos; acusando o governo da dissidência republicana de estar traindo os princípios da revolução que derrubara Deodoro, substituindo uma ditadura por outra ainda pior. Já o segundo considerava aquela época como muito grave, já que nela a família rio-grandense via-se dividida pela muralha dos ódios políticos e ameaçada de uma guerra civil; especificamente sobre a administração da dissidência, considerava-a como um descaso à opinião pública, uma anarquia, com todo um cortejo de ilegalidades e atentados, qualificando como desanimadora a situação política do Rio Grande do Sul. A posição do *Eco do Sul* seria diferente, tendo em vista suas afeições para com a dissidência republicana, na sua concepção, os atos dos novos governantes eram os mais dignos de aplausos, pois estavam realizando um trabalho glorioso que recomendava ao reconhecimento da opinião consciente e esclarecida. O *Eco* caracterizava o governo dos dissidentes como digno e patriota, o qual

traçara as primeiras linhas de uma política nova, orgânica, útil e real, encaminhando o Estado para as conquistas gloriosas do futuro e traduzindo em lei o pensamento republicano de acordo com as aspirações da sociedade.

As divisões entre as forças anticastilhistas abriria o espaço para que os adeptos de Júlio de Castilhos preparassem o ambiente propício à retomada do poder, o que ocorreria ainda em 1892, organizando-se, mais uma vez, a máquina estatal, para a consolidação do projeto castilhista de perpetuação no poder. Diante da retomada do governo pelo castilhismo, o *Diário do Rio Grande* manifestava certa circunspeção, mas ainda fazia um último apelo em nome do fim dos ódios partidários, explicando que, recém-empossado presidente, Castilhos teria todos os requisitos do chefe político, mas a população tinha o direito de exigir que fossem restituídos a calma, a felicidade e o progresso, através do fim da política de ódios e vinganças e com uma política larga e generosa.

Com a volta dos castilhistas ao poder, o *Artista* mergulhou em silêncio ainda mais profundo, argumentando que abandonara qualquer posição política, declarando-se estranho às lutas partidárias e disposto a manter uma rigorosa neutralidade; diante do iminente confronto adotou uma postura pacifista no intuito de evitar a luta entre irmãos e o derramamento do sangue rio-grandense. O *Eco do Sul* ainda conseguiu manter sua postura oposicionista e criticou a retomada do governo pelo castilhismo, manifestando suas apreensões quanto ao futuro do estado. Para o periódico, o retorno de Castilhos não contava com o entusiasmo do povo e era o prenúncio da borrasca, pois dentre os

castilhistas havia premeditações de vinganças e sanhas mal contidas, de acordo com a folha, chegara a hora do extermínio, do sangue, do pranto, do pavor e das maldições, que as urnas poderiam ter evitado, mas assim não o quiseram os seguidores do castilhismo.

Considerando-se sem alternativas ou garantias para disputar o poder no campo legal, os oposicionistas gaúchos, apelando ao direito à revolução dos povos, viria a promover mais uma guerra civil no Rio Grande do Sul. De um lado os castilhistas, apoiados pelas forças federais do Presidente Floriano Peixoto, de outro, os federalistas, congregando as fileiras de oposição ao castilhismo, apesar de toda a heterogeneidade que lhes caracterizava e que viria a ser um dos grandes fatores do fracasso rebelde, digladiaram-se por mais de dois anos, em uma rebelião que avançaria pelo território sul-riograndense e se estenderia até Santa Catarina e Paraná e, inclusive, se aliaria ao outro movimento que questionou os novos detentores do poder na jovem República Brasileira, a Revolta da Armada. O silêncio foi praticamente a única saída viável aos jornais riograndinos ao tratar da Revolução Federalista, tendo em vista a repressão praticamente sem precedentes e uma legislação tão coercitiva que impediu as folhas de sequer tocarem no assunto da revolta. Somente o *Eco do Sul* chegou a conseguir noticiar alguns dos fatos da Revolução Rio-Grandense de 1893, no entanto, não se salvaria do processo repressivo, tendo sua circulação interrompida até o encerramento do conflito bélico.

Nesse sentido, o *Diário do Rio Grande*, mesmo tendo feito censuras à violência que antecedeu o movimento, silenciou seus pronunciamentos quanto à guerra civil. De forma parecida, o *Artista*, ainda no

período pré-revolucionário, chegou a identificar os agentes do poder estadual como responsáveis pela violência reinante; com a eclosão da revolta, viria a predominar o silêncio, tendo em vista o controle legal e das autoridades governamentais. Já o *Eco do Sul* conseguiria ainda manifestar seu apoio aos revolucionários que, na sua concepção, lutavam em nome da liberdade, que era a causa de todos os povos, de modo que não poderiam ser vencidos porque assim a nação não o queria. Para o *Eco*, os castilhistas eram os culpados pela deflagração da guerra civil, pois representavam um governo opressor e filho da traição, o qual era repellido pela maioria dos rio-grandenses, além disso, defendia que toda a violência que se alastrava pelas terras gaúchas, seria de responsabilidade dos governistas. A partir de outubro de 1893, com a legislação de imprensa e o controle ferrenho das autoridades públicas, o jornal teria de silenciar sobre os acontecimentos da Revolução.

Apesar da resistência, os rebeldes viriam a ser derrotados pelos forças legalistas, graças ao apoio federal a estas prestado. A feitura da paz em relação à Revolução Federalista, no entanto, não foi norteadada pela conciliação, e sim pela repressão de parte dos vitoriosos, de modo que os conflitos político-ideológicos e partidários que originaram o movimento, não foram resolvidos com a luta, e muitos deles, inclusive, agravaram-se, de modo que a guerra civil deixaria sequelas indeléveis que marcariam grande parte da vida política rio-grandense-do-sul. Para a imprensa rio-grandina, a pacificação foi considerada motivo de júbilo, no entanto, ficavam apercebidas as raízes de paixões

partidárias mal curadas e as consequências que delas poderiam advir.

Apesar de enaltecer o fim do confronto bélico, o *Diário do Rio Grande* manifestava certa desesperança para com o porvir, anunciando que estava terminada a hecatombe de acordo com a ardente aspiração nacional, mas a acumulação de ódios e paixões deixaram sequelas cujos efeitos se fariam sentir no futuro. O *Artista* foi bem mais ufanista – aplaudindo inclusive a atitude do governo federal – ao noticiar a paz, considerando que terminara a luta fratricida que corroía o organismo social e impedia o desenvolvimento sul-rio-grandense, graças à ação do governo da República que, inspirado na justiça e no direito, soubera impor-se às paixões políticas que se opunham à pacificação.

O *Eco do Sul* também aplaudiu o encerramento da guerra, mas deixando clara sua posição favorável aos rebeldes e contrária ao castilhismo; para o jornal, a partir da paz, podiam os rio-grandenses fazer valer os seus direitos dentro da órbita legal e caminhar para o futuro; e nesse quadro, os revoltosos, bravos e verdadeiros patriotas que tiveram por ideais a pátria e a liberdade, poderiam retornar cobertos de glórias, certos de haverem conquistado esplêndido triunfo na luta felizmente terminada. Ainda de acordo com o *Eco*, os castilhistas não queriam a paz e, só convencidos da nulidade de seus esforços pela guerra, aceitaram com desgosto o fato consumado, e que, apesar da pacificação, os seguidores de Castilhos continuariam a tramar contra a vida, a liberdade, a honra da pátria e a paz do Estado.

Dessa maneira, os jornais diários rio-grandinos estabeleceram suas construções discursivas acerca do intrincado momento político que caracterizou a formação

republicana no Rio Grande do Sul. Cada qual adotou uma estratégia discursiva diante do quadro de adversidades que se fazia presente, mormente no que tange à reordenação do norte editorial de cada um, tendo em vista as transformações partidário-políticas que da mudança na forma de governo advieram. Assim, a imprensa como um todo, e o jornalismo diário da cidade do Rio Grande, de modo específico, contribuem decisivamente para as reconstruções históricas que pretendem abordar o citado período. Nos estudos históricos, notadamente nas abordagens de natureza política, os documentos ditos oficiais se caracterizam, normalmente, por um certo laconismo nas referências aos debates partidários de então, ao contrário dos jornais que, enquanto lhes foi possível, trouxeram à tona essas mesmas discussões – de forma mais velada ou aberta –, servindo como um repositório indispensável de informações/interpretações acerca dos acontecimentos da história regional da época em questão<sup>17</sup>.

---

<sup>17</sup> Publicado originalmente em: *Anais do X Ciclo de Conferências Históricas*. Rio Grande: FURG, 2003, p. 123-138.



# **A imprensa como fonte para a História do Porto e da Barra do Rio Grande: breve estudo de caso sobre as edições especiais do *Eco do Sul* (1912-1915)**

A imprensa é uma das fontes de pesquisa mais utilizadas nas últimas décadas pela ciência histórica. Vencendo os preconceitos iniciais que lhe imputavam a pecha de “tendencioso”, o jornalismo sobrepujaria tais desconfianças, a partir de estudos realizados com profundo conhecimento de causa e embasados em pressupostos teórico-metodológicos<sup>18</sup>. No que tange à imprensa da cidade do Rio Grande, essa importância se avulta, tendo em vista que, através de suas páginas, torna-se possível a cobertura de um amplo período cronológico desde a década de trinta do século XIX até o presente, de forma praticamente ininterrupta. Arquivos

---

<sup>18</sup> Acerca da importância da imprensa como fonte histórica, ver: CAMARGO, Ana Maria de Almeida. A imprensa periódica como fonte para a História do Brasil. In: *Simpósio Nacional de Professores Universitários de História*. 5. Anais... São Paulo: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da USP, 1971. v. 2. p. 225-239.; e CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A imprensa na História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

do cotidiano<sup>19</sup>, os jornais tiveram e têm nas questões em torno do Porto e da Barra do Rio Grande uma de suas pautas mais recorrentes, portanto constituem um objeto de pesquisa riquíssimo sobre o tema. O Rio Grande possuiu por muitas décadas uma imprensa das mais importantes no contexto regional e até nacional, praticando-se na cidade portuária aquilo que se poderia caracterizar como um “jornalismo de ponta” para os padrões da época.

O estudo dos diversos periódicos rio-grandinos permite a identificação de diferentes padrões editoriais, posturas político-partidárias e modos de pronunciar-se diante dos acontecimentos, de maneira que cada um deles desenvolveu uma determinada formação discursiva<sup>20</sup>. A formação discursiva dos jornais transformava cada um deles no construtor de uma determinada realidade, expressa normalmente a partir de um viés político, partidário e/ou ideológico, o que refletia sobre as “verdades” que, respectivamente, criavam. Nesse contexto, um dos mais longevos jornais rio-grandinos foi o *Eco do Sul* que circulou entre 1858 e 1934, caracterizando-se durante muito tempo por seu engajamento político-partidário. Durante o período imperial, diante das tradicionais disputas entre liberais e conservadores, o *Eco* se alinharia a estes, chegando a estampar por anos em seu frontispício a indicação “órgão do Partido Conservador”. Proclamada a República, a folha aceitaria a nova forma de governo,

---

<sup>19</sup> ALBERT, P.; TERROU, F. *História da imprensa*. São Paulo: Martins Fontes, 1990. p. 5.

<sup>20</sup> FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 43 e 66.

mas, em seguida, romperia com os novos donos do poder, colocando-se, primeiramente, ao lado da dissidência republicana, para depois aliar-se aos federalistas, movendo forte campanha contra o regime castilhistaborgista o que lhe custaria severas perseguições, chegando sua edição a ser interrompida por várias vezes. A partir de 1908, o periódico buscava praticar o jornalismo dito independente, ou seja, aquele que, informativo por excelência, pairava acima das disputas partidárias, embora não tivesse esquecido de todo suas filiações políticas<sup>21</sup>. Ao longo de sua existência o *Eco do Sul* acompanharia toda a evolução dos acontecimentos em torno do Porto e Barra do Rio Grande, sendo um dos grandes porta-vozes da comunidade nas manifestações pela aspiração de melhores condições de acesso pelo litoral rio-grandino. Nos três anos que antecederam e coincidiram com a inauguração dos molhes da Barra e do Novo Porto, em 1915<sup>22</sup>, a publicação diária rio-grandina publicaria

---

<sup>21</sup> A respeito do *Eco do Sul*, ver: ALVES, Francisco das Neves. *O discurso político-partidário sul-rio-grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina*. Rio Grande: Ed. da FURG, 2002. p. 271-363.

<sup>22</sup> Sobre a evolução histórica do Porto e da Barra do Rio Grande nesta época, observar: ALVES, Francisco das Neves. Porto e Barra do Rio Grande – 90 anos de uma secular aspiração que se tornou realidade: brevíssima notícia histórica (março e novembro de 1915). *Biblos*: revista do Departamento de Biblioteconomia e História. Rio Grande: Ed. da FURG, v. 18, p. 87-97, 2006.; ALVES, Francisco das Neves. *Porto e Barra do Rio Grande: uma secular aspiração que se tornou realidade (uma introdução ao tema)*. Porto Alegre: CORAG, 2007.; ESPÍRITO SANTO, Miguel Frederico do. *Castilhismo*,

algumas edições especiais que bem revelavam o interesse do público leitor por aquele momentoso assunto.

Em novembro de 1912, o *Eco do Sul* faria uma cobertura jornalística das obras da Barra em excelente nível para os padrões da época. Superando as características e as limitações tecnológicas de então, o jornal realizaria um levantamento completo dos elementos constitutivos que cercavam aquele trabalho, estampando fotografias e gráficos ao longo de suas edições daquele mês e mesmo adentrando ao seguinte. O título geral da matéria publicada em vários números da folha era “Abertura da Barra e a construção do Novo Porto do Rio Grande”. Todas as esperanças, expectativas positivas, otimismo e ufanismo manifestaram-se nessas matérias, além da recorrente estratégia da utilização da memória, uma vez que, para descrever os atos daquele presente, foi utilizada a detalhada descrição do pretérito, como fator justificador e legitimador das novas circunstâncias. As páginas do *Eco* reproduziam a surpresa e admiração com que a comunidade rio-grandense assistia ao evoluir dos acontecimentos<sup>23</sup>.

---

capitalismo e obstrução da Barra. In: ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique (Orgs.). *Temas de História do Rio Grande do Sul*. Rio Grande: Ed. da FURG, 1994. p. 69-81.; ESPÍRITO SANTO, Miguel Frederico do. *A abertura da Barra do Rio Grande e a política econômica do castilhismo*. 2.ed. Porto Alegre: EST, 2004.; e NEVES, Hugo Alberto Pereira. O Porto do Rio Grande no período de 1890-1930. *Revista do Departamento de Biblioteconomia e História*. Rio Grande: Ed. da FURG, v. 2, n. 1, p. 67-110, 1980.

<sup>23</sup> ECO DO SUL. Rio Grande, 11 nov. 1912.

Quanto a essas receptividades da comuna, o redator da matéria afirmava que não havia muito, quando os primeiros trilhos para a nova estrada de ferro que estava servindo às pedreiras do Capão do Leão chegaram a essa cidade, não foi pouco o número de pessoas que acharam que a montagem dessa linha era uma temeridade, afirmando mesmo ser isso quase que uma loucura da companhia arrendatária das obras da Barra e construção do Novo Porto do Rio Grande, que sem ter absoluta certeza do bom êxito dos trabalhos da abertura da Barra – espantallo que a todos assustava – ia empreender tão enormes gastos. Houve até mesmo quem afirmasse peremptoriamente que a Barra não se abriria. Entre esses estariam muitas pessoas que se tinha em conta de serem muito apreciadas e cortejadas em matéria de engenharia. E não foram só esses os descrentes. O comércio que se deveria ufanar por esse grande melhoramento, um tanto supersticioso, aliás, sublinhava os comentários acerta de tão grande melhoramento com uma pontinha de malícia. O povo, esse, sempre o eterno enganado em tudo o que se referia ao progresso, era o único que alimentava uma esperança vaga de que um dia se havia de orgulhar de possuir o primeiro Porto do Estado acessível aos maiores paquetes do mundo, não sem pontilhar com um todo-nada de descrença por estar imbuído nessa atmosfera de desânimo, os seus ideais de orgulho muito bem justificado. E assim corriam as coisas, quando a Companhia Francesa começou a transportar os seus gigantescos materiais para tal cidade. Então o espírito público entrou em uma nova fase de animação: os descrentes tornaram-se verdadeiros defensores da ideia e essa foi tomando verdadeiro impulso à medida que o

material ia chegando, bem como o pessoal contratado pela mesma companhia. Daí os vínculos de amizade entre os que chegavam e os que já ali estavam foram-se apertando; e tal foi ela e permanecia a ser que dentro em pouco todos começaram a perceber que a solução do gigantesco problema seria uma realidade dentro de poucos anos<sup>24</sup>.

No conjunto de matérias daquele que, à época, era o mais antigo jornal rio-grandino, o forte apelo à memória foi constante, realizando-se levantamentos históricos em cujo cenário protagonizavam nomes como os dos engenheiros John Hawkshaw, Honório Bicalho, Pieter Caland, e Elmer Corthell, entre tantos outros. Ficava muito bem expressa a transição da aspiração à concretização, refletindo a percepção dos que assistiam a “tal espetáculo”, segundo a concepção da própria folha. Ao lado dos argumentos normalmente repetidos à extenuação sobre a importância das obras, aparecia a construção em si, como culminância de um processo histórico que se arrastara por mais de século. Junto do texto escrito, a matéria do *Eco do Sul* apresentava esquemas e gráficos, como um explicando o fenômeno das marés e um outro demonstrando a disposição dos blocos de concreto no cais do Novo Porto, e até fórmulas matemáticas e físicas que deveriam exigir um significativo poder de compreensão de parte do público leitor. Mas o grande destaque foram as fotografias, representando um diferencial para os padrões tipográficos de então e trazendo aos leitores uma possibilidade de visualizar diretamente o assunto que estava sendo abordado. O ufanismo da conquista do

---

<sup>24</sup> ECO DO SUL. Rio Grande, 11 nov. 1912.

meio natural pelo homem, da vitória sobre a eterna questão da Barra e da passagem da aspiração à realidade eram a tônica daquela cobertura jornalística<sup>25</sup>.

---

<sup>25</sup> ECO DO SUL. Rio Grande, 11 de novembro de 1912; ECO DO SUL. Rio Grande, 12 nov. 1912; ECO DO SUL. Rio Grande, 13 nov. 1912; ECO DO SUL. Rio Grande, 18 nov. 1912; ECO DO SUL. Rio Grande, 19 nov. 1912; ECO DO SUL. Rio Grande, 20 nov. 1912; ECO DO SUL. Rio Grande, 22 nov. 1912; ECO DO SUL. Rio Grande, 23 nov. de 1912; ECO DO SUL. Rio Grande, 25 nov. 1912; ECO DO SUL. Rio Grande, 27 nov. 1912; ECO DO SUL. Rio Grande, 12 dez. 1912. Dentre as várias fotografias publicadas no jornal, podem ser destacadas: escritório na Barra; *titan* descarregando pedra; começo da construção do Molhe Leste; guindaste em Monte Bonito; *titan* do Molhe Oeste trabalhando; lancha *Tiradentes*; parte das habitações do lado oeste da Barra; casa da ex-Ilha do Ladino que em breve desaparecerá; vista parcial do Novo Porto tirada do mar; draga trabalhando; transbordador; bloco de pedra sendo deslocado por trilhos; draga a caçambas *Marechal Hermes*; *trémie* contendo pedra britada e areia grossa, para a construção do bloco; aparelho que coloca o bloco no fundo do mar; vista parcial das usinas do Novo Porto; almoxarifado; uma cidade de blocos; casas para os operários e futura floresta de cedros; usinas do Capão do Leão; transbordador da Boca do Arroio; casas do pessoal superior.

## A abertura da Barra e a construção do novo porto do Rio Grande



(1) Vista parcial das usinas etc., da Novo Porto.

Mais longe um pouco, em direção da Barra, atravessa o lenço azul, pois conta com grande numero de clientes de todas as graduções da COMPAGNIE FRANÇAISE.

Os srs. FAVALLI & C., também são proprietários da Cantina instalada nas pedreiras do Capão do Leão, em terrenos de COMPAGNIE FRANÇAISE, onde tem a dirigiu-a com a competência que essa especie de negocio necessita, a larga experiencia do sr. Innocencio Henrique Frattis, socio do sr. Favalli.

As Cantinas prestam excellentes beneficios nas operacoes, pois lhas diminuem em grande parte o atrazo que por força

Numa boa parte da area de terreno occupada por essas installações, para o lado de mar, guardam-se os blocos (Figura 3), sendo apó, d'ahi transportados para o trapiche, de onde sahem com o seu devido destino.

No grande espaço que dista das usinas em direção á Cantina, que fica cerca do lugar onde se trilha da COMPAGNIE FRANÇAISE e os da VIAÇÃO FERREA correm parallelos, aquella vem de plantar grande quantidade de cedro, cuja plantação obedece á disposição chamada "QUIN CONCO" mais vantajosa que em qualquer, pois permite plantar maior numero de pés de cedro por hectare, deixando em cada um d'elles um circulo de raio igual para o desenvolvimento das suas raizes. (Figura 4).

Assim dispostas, as arvores cruzam-se em tres direções.

A Cantina a que nos referimos acima, compõe-se de um grande corpo de casa ansebrada, com espacosa varanda, e grandes salas para refeições.

E' seu proprietario o sr. FAVALLI & C., que dispõem de longa pratica para esse serviço, carente d'elle, como qualquer



(2) Uma cidade... de blocos.

modiedade em preços, a los di- de grande utilidade, que estimoos caros em muito approvataria a argucia e perspicacia dos mesmos, da grandes vantagens naturalmente quando o governo ca mandar conservar dirigindo, mesmo para que não aconteça como com essa parte do Estado e que chamam necessarios ro do mesmo, que, para honra e gloria da abnegação, fadiga, proscipia, patriotismo e luctuosa de terceiros, teve a attenção a enorme quantidade de material impréstavel, parte dole no fundo, velho e ferrugineiro, obra de um desceço contemvel.

NOTA.—Ha dias noticiamos, em resumida noticia de ultima hora, na segunda pagina, que a COMPAGNIE FRANÇAISE havia já collocado os dois primeiros blocos no fundo do mar e que, completado o numero d'ellos, servirão para o assentamento do caso do Novo Porto.

Essa operação da qual já tivemos esboço de dar targa applicação, pois é demorada e trabalhosa, com grande pezar dei-



(3) O bloco n. 73, o primeiro do cas.

deveriam ter se lhas fosse necessário vir diariamente, ao es- pigo de uma hora permitido para as refeições, até á cidade.

Foi devido a isso o grande incremento que as obras lham tomado nesses ultimos tempos, que os srs. Favalli & C., percebendo o grande serviço que a installação dessa casa viria prestar ao operariado que alli se emprega, a fundaram immediatamente, e que, repitimos, funciona a acção geral, pois a

seremos aqui consignado que isto teve a assu-á, além do pessoal da COMPAGNIE FRANÇAISE, sendo d'elles profissionais aqui residentes.

Tratando-se como se tratava de uma operação raramente apreciada, muito teriam aproveitados os d'elles profissionais se se tivessem feito representar, pois é ella bastante interessante.

E' de lamentar esse desceço por serviços tão importantes e

### O Capão do Leão

Naturalmente devido á natureza do terreno nas cercanias da cidade não possuir pedra para a alimentação dos mulhos, a Companhia Française viu-se obrigada a procural-a em local mais cerca possível das obras, mesmo porque o transporte tornava-se dispendioso de tempo e de dinheiro.

A principio julgava a Companhia fazer esse transporte pela linha da Viação Ferrea, mas essa linha foi desde logo posta á margem porque nessa occasião os trilhos da Viação Ferrea não offereciam a resistencia precisa, sendo necessario mudal-os em toda a sua extensão, e mesmo porque o grande tralego dessa entre a cidade do Palcos e o Rio Grande viria trazer um atrazo consideravel no transporte da pedra do local que se demandava.

Desse local escolhido pela Companhia Française fica além da estação do Capão do Leão, a segunda apó a cidade de Felizes.

Parti logo foi então necessario construir-se uma estrada de ferro que corra parallela com a da Viação Ferrea, além de diversas estações, sem falar no numero consideravel de pontes e viaductos que foi necessario fazer-se e que se tornaram muito dispendiosos devido á d'iver sas naturezas das terrenos.

OLIVEIRA JUNIOR



(4) O alinhamento.



(5) As casas para os operários e uma futura floresta de cedros.



# A abertura da Barra e a construção do novo porto do Rio Grande

Na lua nova ou na lua cheia o sol e a lua, estando do mesmo lado, os esforços combinados se e a maré é a soma das duas marés parciais; porém, nas quadraturas, quer dizer, quando a lua está nos quartos, o efeito do sol contrabalança o da lua, e a sítua do mar lunar corresponde à baixa do mar solar; a maré é, pois, neste caso, produzida pela diferença dos dois esforços (Figura 5).

Quando a sítua se encontra; quando a sítua está por baixo da bandeira indica maré furada.

0	0	0	0	0	0
0-0	-0-0	0-0	0-0	0-0	0-0
5,25	5,50	5,75	6		

(Fig. 2)

O equilíbrio hydrodynamico do oceano é constantemente agitado, e os deslocamentos que os corpos para restabelecer o

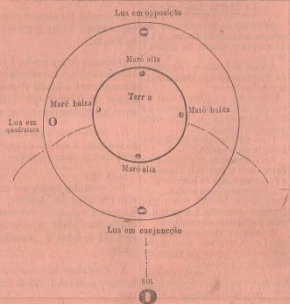


Fig. 4—Explicação do phenomeno das marés

A configuração das costas e a extensão das mares, exercem uma grande influencia sobre a importância e a regularidade das marés. Os mares vastos, os oceanos, tem marés regulares, porém com alturas variaveis, conforme as circumstancias das costas e as lhas que se circundam. O Mediterraneo, dividido em varias bacias, só tem marés no golfo da grande Syria e no mar de Tunis. Em certos mares como o da China, por exemplo, constata-se duas marés na Cochinchina, uma unica no Tonkin e duas no mar da China. Na França, entre Saint-Malo e Cherburgo, a força das marés tem variações sorprendentes.

No primeiro porto, a maré total atinge 12 metros; em Cherburgo ella não vai além de 5 metros e 60 centimetros. As marés mais fortes se observam quando a lua e o sol estão mais aproximados do Equador; quer dizer, nos equinoxios; e resulta que, inversamente, na mais fraca, tem lugar nas quadraturas, e o altura da maré sítua no meridiano, sendo de 50 minutos e 30 segundos por dia, as marés soffem igualmente variações.

Nos portos de commercio, então o mesmo, a sítua das marés é assignalada por meio de bilões (Figura 2).

Logo tinham uma bandeira e uma flâmula superior à bandeira, que indica maré

O primeiro, americano Maury, estudou as correntes do oceano. Por seu iniciativa reuniu-se a conferencia internacional de Bruxellas, em 1853, que deu as bases a a serie das observações a fazer no mar pelos navegadores. Mas essas ultimas directamente interessadas em conhecer as correntes da superficie, só podiam observar as da velocidade diminuida consideravel. As correntes da superficie, de pequena força, que Maury chamava o *desvio do oceano*, só podiam ser conhecidas pelas observações barométricas e densimétricas das aguas. Quanto ás correntes sub-maritimas, é muito difficil de observá-las directamente, e os instrumentos inventados para esse fim dão resultados pouco satisfactorios. A sua existencia prova-se pelo movimento de massa de gelo em bases profundas, levadas em sentido inverso da corrente de superficie e do vento.

Se se examina uma carta das correntes, vê-se ali, claramente accusadas, o movimento das aguas polares para o equador e o das aguas equatorias para os pólos. As aguas equatorias não conduzir de Leste para Oeste, de sorte que, nos tres grandes oceanos, o maximum de temperatura está na parte occidental. Por isso as massas de agua quente sobem ao S. e ao N. em direccão dos pólos, formando correntes quentes perto das costas occidentais das grandes bacias maritimas; tanto, pelo contrario, perto das costas orientaes, correntes frias (que descem dos pólos. As correntes quentes são cada vez maiores, à medida que caminham; ao contrario se dá com as correntes frias. A corrente fria parece ser a continuação da corrente quente, que seria cada vez mais devinda para Leste, depois para Sul e para Norte, quer dizer para o Equador, onde ella recebe na corrente equatorial para formar um circulo completo.

Existe, pois, um movimento, por assim dizer, circular; no centro, as aguas devem estar em repouso, e tudo o que se encontra em derredor deve juntar-se ali. De facto, observam-se

mares de sargento em todos os oceanos e mares.

Observam-se, na superficie do oceano, movimentos curtos, sem causa apparente. São os *tidal trips* dos inglezes, quasi sempre cerca de rectos (\*).

Na nossa barra, no entanto, de-se um phenomeno curioso. Ali quasi que se não constata a maré.

Essa, em grande parte, quasi que desaparece com o celtos dos ventos.

Tem-se observado no marographo um caso que vem dizer bem claro o que eu affirmo: constata-se neste, por exemplo, em todas as phases produzidas pela alta e baixa das correntes, o dabitio do nivel de referencia, um impulso quasi que imperceptivel em certa s determinação de alta das aguas, e chega-se à conclusão que o mesmo é todo nada produzido pela maré montante ou juante da forma tal que não marcos a pena de uma reconhecida, tão facilmente assignalado é elle. E notamos que esse phenomeno dá-se raramente.

Logo, deduzindo d'ahi razões concluintes, chegamos ao ponto de affirmar, que a lha trovada neste momento na barra entre calculos e supposições, concorda-se em duas palavras, *maré baixa unica e individual*; o vento factor principal da subida e descida das aguas.

As variações annuaes que dependem do movimento proprio da terra ou das estações, a velocidade media da maré, é maior no inverno que no verão, e, sobretudo, augmenta rapidamente em altura: de 2,15 m a 23 metros de alto.

Em Paris, por exemplo, o vento varia de 8,70 m. a 300 metros de altura.

(\*) Humboldt diz ter visto *des bandes droites comme de petits ruisseaux, que l'eau parcourt avec un bruit très sensible à l'oreille.*

OLIVEIRA JUNIOR

(Continuado)



O tipo do molhe de Oeste, trabalhado.

## A abertura da Barra e a construção do novo porto do Rio Grande

Os ventos têm um papel especial sob o ponto de vista da repetição climática das chuvas e das temperaturas. E, com efeito, elles, que produzem a distribuição das influencias marinhas ou continentais: umas moderadas, e outras quozas, desigualdades exageram o calor e a humidade.

Ea regra geral, os ventos têm principio na sua propria continuação de existencia, em qualquer ponto da superficie terrestre, de uma zona de baixa pressão atmospherica, que bem se póde denominar de centro de egual para as massas de ar circunvizinhas, e a diminuição de pressão é produzida pelo movimento accionado do ar, aquecido ao contacto da superficie do solo em do mar. São pois, os pontos relativos entre os absolutamente mais quentes da camada terrestre onde existe a baixa pressão. Dotta forma, as massas do ar, que deveriam seguir trajeto para o centro de junção, numa direcção rectilinea, são em realidade desviadas pelo proprio movimento da terra, se tivermos em vista que a massa solida do globo gira mais rapido que o seu envoltorio gaseoso. Disto resulta um movimento circular dos ventos em volta da depressão atmospherica que hea da origem.

No hemispherio Norte, por exemplo, os ventos sopram em volta de centros de nasçencia, em sentido contrario do movimento dos pontos de um relógio.

Pelo mesmo motivo circulam elles em volta do centro de alta pressão que, parece, se faz variar no sentido apontado no periodo antecedente.

O primeiro movimento chama-se a escala seguinte, mostra-nos a classificação dos ventos, segundo a velocidade:

ESCALA		VELOCIDADE EM METROS POR SEGUNDO	
TERRESTRE	DE BEAUFORT		
0 Calmo...	...	0 calmo...	...
1 Fraco...	...	1 a 2	...
2 Moderado...	...	3 a 6	...
3 Mais ou menos forte...	...	7 a 10	...
4 Forte...	...	11 a 14	...
5 Violento...	...	15 a 20	...
6 Furacão...	...	21 a 30	...

Estudadas assim as correntes, marés e ventos, ser-nos-ha, agora, facil calcular o problema da barra do Rio Grande.

Todos os projectos são agora existentes, fallam francamente como os diversos trabalhos nesse sentido são mais ou menos iguais.

O projecto que agora está servindo de base aos trabalhos é o resultado de todos os estudos reunidos, mais scilicet, por isso, o projecto do engenheiro norte-americano Corbitt, com pequena modificação na construção do molhe de Leste.

Esta molhe, pelo plano Corbitt, deveria começar logo aqum de onde foi iniciado pelo COMPAGNIE FRANCAISE.

A direcção do canal é segul-

nas-a equatorial e o segundo anticyclonico.

A divisão dos ventos na superficie da camada terrestre é frequentemente comparada á disposição das pressões iguais da atmosphera.

Do Equador ao Polo, entantão, distinguimos varias zonas successivas:

1ª A zona equatorial onde a atracção do ar produzida pelo calor solar motiva correntes de direcção norte e sul, por um uniformemente desviadas para Leste e chamadas estas *alises*, (ventos regulares por excellencia);

2ª A zona intertropical, caracterizada no hemispherio norte pela existencia das correntes alternativas da brisa.

Segundo as estações, as massas continentaes da Asia e da Africa são mais ou menos frias quando as terras que a circundam: então tornam-se centros de emissão (monção de inverno) ou de atracção, (monção de chuva) da ventos;

3ª A zona temperada caracterizada por depressões occasicas do Atlantico e do Pacifico boreal, em volta das quaes os ventos turbulentos num immenso rio cyclonal.

No Atlantico norte, o centro desta depressão desloca-se do Oeste para Leste, do mar da Irlanda e do Báltico.

No hemispherio sul, ao contrario, onde as superficies marinhas são maiores que as superficies terrestres, não existem, a bem dizer, centros de depressão localizadas. Os ventos ali recebem direcção devido ao proprio movimento da terra, uniformemente para Oeste, e durante todo o anno.

Ora, essas molhes, acompanhando o canal dessa forma, obedecem a um fim muito actual: sabido é que os ventos, como já tivemos occasião de dizer, são os unicos causantes da subida e descida das aguas.

Essa, dessa forma, conduzi das entre as duas molhes, por si mesmas vão aprofundando o canal da barra.

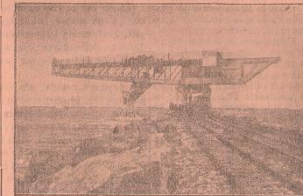
(\*) A maré exista, mas os seus efeitos são anniquilados em grande parte pelos efeitos dos ventos.

canal natural, e simplesmente. Tendo em conta os ventos rijos de Nordeste a Sueste, e os do Norte e Sul, os molhes foram estalados naum direcção, nam acerto aliás muito honravel. (\*\*)

O molhe de Leste prolonga-se actualmente numa

O total das caixas de pedra empregadas em um só dia de trabalho eleva-se a 80, o que representa, além de grande rapidez, a lousavel perfeição com que o serviço é feito.

E' chefe da secção da barra, do serviço dos molhes e sonda-



(Figura 1) — O tim desmarragado pedra

distancia da 500 metros mar a terra, o experientado ar. Edmundo Fromaget; e sub-chefe o sr. Castex, encarregado desta molhe o sr. Alberto Fromaget; fiscal o sr. Arthur Lapage e conductor de serviço o sr. Seguin.

Além dessa ha 4 um capataz chefe, 2 sub-chefes e 10 empregados interiores.

A secção de estudos, sondagens e fiscalisação, na barra, está bem montada, numa alegre vivenda, bem adornada, com delicias pomar, e onde se trabalha a valer (Figura 1).

Por todos os lados vemos-se esquadros, compassos, liras, réguas, mactras, e outros chãos de numeras, curvas de sondagens, etc, etc, que fallam bem claro do serviço fulgente daquelle secção da Companhia Francaise.

### Pequenas notas

Na barra tem-se observado ventos que atingem ás vezes a velocidade de 80 metros por segundo.

O vento nordeste que periodicamente se faz sentir nesta cidade, ou de hontem, por exemplo, é frequente na velocidade de 7 metros mais ou menos.



(Figura 2) — O escriptorio na barra; no fundo, o sr. Edmundo Fromaget, á direita, o sr. Albert Fromaget, á esquerda, o sr. Castex. A esquerda, ao fundo, de pé, o sr. Oliveira Junior.

Quando o vento sopra do Norte, o canal avança e recua a Barra; quando do Sul, ao contrario, constata-se a cheia do canal da barra.

A linha terra que vai do Curricuto ao molhe de Leste, na Barra, tem 12 kilometros de extensão.

Os trabalhos que, presentemente, se trabalhos para a abertura da barra e construção do novo porto attingem ao auge.

De um mez para cá o molhe de Leste foi prolongado em 100 metros e o de Oeste em 90.

As obras estão sendo atacadas com todo o vigor.

OLIVEIRA JUNIOR

(Continuara)

## A abertura da Barra e a construção do novo porto do Rio Grande

Para as defesas desta molhe foram empregadas cerca de 25 mil toneladas de pedra, bem como para o enatamento da muralha.

As obras desta molhe, no local onde precisamente forma um ângulo recto com a costa o serviço de defesa do mesmo foi feito em grande extensão no prolongamento da costa, por causa do mar que ali bate agitado e constantemente.

Cerca dessa defesa estão construídas as casas do capataz e de outros operários, e que são em numero de 10, bem construídas, de boa madeira, mui-

to bem esquadreado em muito parte a sua solidificação formando um banco semi-circular, aterrando o bastante.

As obras principiavam, principalmente as que extrahiam aquelles cabeços que lá apparecem, que essas areias prolongavam-se pela costa chegando a vencer a prolongar a praia do Casino; mas essas suspensas não inundadas pois que, se prolongamento tem havido na costa é devido simplesmente ao avanço acicular que ella deve ter por natureza.

### O molhe de Oeste

Na occasião em que o visitamos tinha o molhe de Oeste 1.600 metros de extensão e é em tudo igual ao de Leste. (\*) É encarregado da sua construção o sr. Porto Ribeiro, li-

terroado a longo da costa e, durante varios annos, alcançará o Casino, prolongando a sua praia.

Já a correnteza, por ali, não dá de tanta intensidade, devido ao mesmo molhe.

Apesar de tudo o que dizamos varios engenheiros da Société encarregada das obras, entre elles ca srs. Edmundo Fromaget, Porto Ribeiro e Augusto Montsbury, não unanimes em affirmar que precisamente na da se pedia dizer se certo.

O sr. Augusto Montsbury assim se expressou quando o interrogamos:

«Nous supposons que les travaux de la Barra seront, peut-être, préjudiciables à la plage du Casino, mais nous ne pouvons l'affirmer et il est à désirer que rien ne se passe».

(Supponhamos que os trabalhos na Barra talvez sejam prejudiciaes ao Casino, mas, não o affirmamos)



(Fig. 1) A linha Tiradentes, ao serviço da secção da barra

bradadas, oferecendo todo o conforto aos inquilinos.

### O serviço de sondagens

Este serviço a que no passado numero nos referimos, é chefiado pelo sr. Edmundo Fromaget, sendo nelle empregados a linha TIRADENTES (Fig. 1) e mais 6 embarcações diversas. (\*)

As sondagens são feitas diariamente, bem como, tambem, são observadas as correntezas, directio de ventos, etc.

Quando as sondagens tiveram inicio, em 1900, a barra accusava uma profundidade de 3m, 50 abaixo do nivel de referencia.

Presentemente podesse constatar profundidade de 4 50.

Essa profundidade deve-se em grande parte aos molhes, o que prova que as areias se estão movendo, tornando em consequencia o canal mais profundo.

No serviço para aprofundar o canal é empregada uma "Gras" que presumivelmente não tem podido trabalhar pelo desabrigado do local.

(\*)

A linha TIRADENTES, foi, podesse bem dizer tirada do fundo do mar por aquelle abalizado chefe de secção, tendo sido convenientemente reparada, pois o seu estado era deploravel.

E era com essas embarcações assim tão bem cuidadas, que o governo pretendia, gastando rios de dinheiro, ter um serviço eficaz de conservação do unico e importante escaudouro do Estado L...

A linha, como vimos a dizer, do foi competentemente reformada, sendo entregue a um piloto competente, e tem prestado os reaes serviços.

cat o sr. Dindaux, chefe de serviço o sr. Gullivet, contando árcas dize com 1 capataz chefe e 3 inferiores.

O sr. Porto Ribeiro, assim como o resto d'este pessoal habita ali mesmo, quasi no começo do molhe, de fornecida uma estacão ali montada para atender ao serviço dos trens da pedra.

Esta empregada até á data em que lá chegamos elevava-se a 197.773 toneladas, sendo empregadas diariamente 1.200 a 1.300, muito menos que no molhe de Leste, porque a pedra ali, que é fornecida pelas pedreiras do Capão do Leão, é em parte, tambem, aproveitada para o novo porto, na construção dos blo-

cos. Este molhe teve inicio em 1º de Novembro de 1910, mas, a bem dizer, a sua construção começou em Janeiro do anno seguinte.

Os empregados desta são em numero de 40 e todos habitam ali mesmo, tendo sido construídos as 16 casas; de mesmo estylo que as do lado leste da barra.

Quinze destas são da Entre-

prios e 1 da Société. (Figura 11)

Este molhe dista do Casino mais ou menos 4 kilometros, e a correnteza que nella e-barra

(\*)

Em tres dias, somente, de trabalho seguido, poudese fazer um canal de 300 metros de extensão com 0 50 m. de profundidade.

— A draga da barra chegou em Junho deste anno, e é de 1.000 H. P., com um deposito de 2.000 toneladas.

(\*\*) Constatamos nota que hon tem demora, de 30 dias para cá este molhe teve um avanço de 90 metros.



(Fig. 11) Porto das habitações de lado Oeste da Barra, quando á direita e esquerda á secção e a por.

### O Casino

A PRIMA, SEGUNDO SE SUPÕE, TERIA UM AVANÇO DE 200 METROS, COM A CONSTRUÇÃO DO MOLHE DE OESTE.

De ha tempos que corre na cidade algo referente á praia de banhos do Casino, com os trabalhos que se encetaram na barra, principalmente com a construção dos molhes de Leste e Oeste.

No entanto, ao que vimos, quando visitamos o molhe de Oeste, que fica distante daqui-

firmado, desejamos que nada aconteça de maior.

E isto tambem é o nosso desejo.

—

Transcrevendo esta noticia, só temos em mira rectificar um ponto que, devido a um pequeno engano, sahia truncada:

O começo da phrase em francez que escrevemos. Nous supposons, deve-se ler *Le nous de supposer*, pois que não se trata d'elles ou daquelles pas-



O titã - Oeste da barra

as praias de banhos approximadamente que supponhamos, mas a supposto de 4 kilometros, as areias são poudese

trabalhada pela correnteza marítima se agglomerando, do lado da mesma, o que, conatando por sua vez uma solidificação ao molhe, irá no mesmo tempo

OLIVEIRA JUNIOR

(Continuara)





# A abertura da Barra e a construção do novo porto do Rio Grande

Ao referir-nos, no passado número, ao Novo Porto, dissemos ser para quem vê, de repente, um espectáculo agradávelíssimo, notando-se ali uma verdadeira agitação de trabalho activo e energico que bem demonstra estarem todos que ali empregam a sua actividade, unidos empenhados na realisação da colossal obra. E isso nota-se em todos os pontos por onde se passa observando com cuidado. A actividade é paralela e corre junto com a batida de todos. As ordens cruzam-se por todos os lados e no meio daquelles chrouchabas medonho de silvos de locomotivas, de ruidos enardecedores das dragas que arfiam, gementes, dis tingem-se por entre o enovelamento das espiraes de fumo das locomotivas e rebocadores, do ranger das machinas das usinas e do aparelho fabricante dos blocos, se figuram outras e cançadas dos engenheiros e dos chefes de serviço, preoccupados com calculos, diligentes e activos.

O serviço está sendo atacado em todos os pontos e com a maxima actividade.

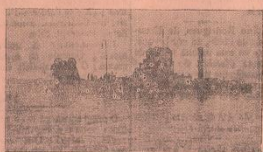
A parte que fica a beira-mar, onde se acumulam em toda a sua extensão todos os trabalhos de mar relativos ao Novo Porto, está repleta de dragas de sucção, rebocadores, etc. mul-

tos dos quos enumeramos no passado artigo. São embarcações de grande tonelagem com o auxilio das quaes se pode fazer um serviço em ordem e perfeito, com esperanças de chegar a bom termo dentro de pouco tempo.

O aterramento é feito por poderosas dragas, que recebem dos bateses a lama dragada pelas outras embarcações do mesmo tipo, por meio de tubos de um metro de diametro, a expelle para a terra em grande extensão, nos locais onde são os mesmos canos instalados, e que se movem segundo a direcção que se deseje, ou segundo as conveniências do serviço.

Por isso, quem observar de longe o Novo Porto, verá grandes listas negras, semelhantes a traços de tinta naquello areal branco como a neve.

Após as dragas, cerca do lado onde estão montadas as usinas armazens de carpintaria, de fundição, almoxarifado, serra-maria, deposito de cimento Portland, deposito de locomotivas, etc. ha uma draga cujo serviço é primeira vista parece microto e acanhado: é a draga a escavadora Marchal Hermes, q. e. trabalhando lentamente, prolo no fundo do mar, e aprofundado sulco em direcção parallela á terra, para que, após, os blocos possam ali ter a sua cama (Fig. 1).



(1) A draga a escavadora Marchal Hermes.

(\*) DENSIDADE: O peso especifico de um corpo é o peso da unidade do volume deste corpo. Resulta dehi que o peso do centimetro cubico de agua a 4° é tomado como unidade, e tambem que a agua a 4° é a unidade da densidade.

Dize-se, por exemplo, que o ferro tem uma densidade de 7,8, o que significa que elle pesa 7,8 vezes mais que a agua a 4° ou indifferentemente, que o seu peso especifico é de 7,8 grammas, querendo-se dizer que um centimetro cubico de ferro pesa 7,8 grammas.

A balança hydrostatica, por exemplo, baseada no principio de Archimedes, cujo differença dos dois pesos dá o peso do volume d'agua deslocado por qualquer corpo, trez á deducção que o peso p á 4° C. de

qual se procura a densidade, tem-se:

$$t = K \sqrt{\frac{p}{\rho}}$$

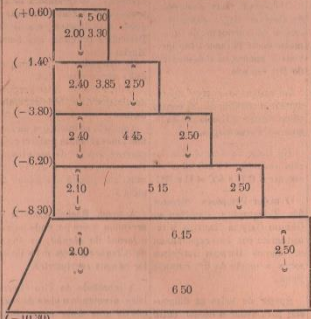
Donde se conclue:

$$D = Da \left( \frac{p}{p'} \right)^2$$

A construcção do bloco é feita em uma machina chamada betoniera e a operação que é rapida, faz-se da seguinte forma:

Num enorme plano inclinado sobem os vagões carregados com pedra e areia, sendo essa material descarregado em uma enorme caixa chamada trómisca.

Debaixo dessa caixa chegam as vagonetes que recebem o material e conduzem á betoniera, onde é descarregado dentro de outra que, subido por um plano inclinado, é descarregado pela machina, para um funil co-



(2) A disposição dos blocos de concreto no caso do Novo Porto

Ahi, nesse local onde á vimes trabalhando, que é cerca da ex-lilha do *Ladino*, numa distancia de 500 metros em direcção á Capitania, serão collocados os blocos para a montagem do caes, que terá mil e quinhentos metros de extensão.

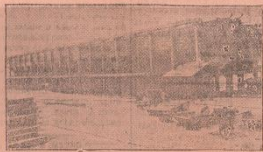
São em numero de cinco os blocos superpostos, fabricados ahi mesmo, em machinas espe-ciaes, vindas da Franca.

O bloco maior é o da base, que tem 6,50 m. na parte que assenta no fundo do mar: 6,15 m. na parte alta; 2,00 m. de altura e 2,50 m. de largura.

Os outros, porém, vão decrescendo em volume, á medida que vão se aproximando da superficie, conforme demonstra a figura II.

A cabagem dos blocos é a seguinte:

Da 1ª planta: 31,620 metro cubico	X 2,300 Ks	por metro cubico	densidade
I II	X 27,008	X	da 2ª
III	X 26,709	X	da 3ª
IV	X 23,100	X	da 4ª
V	X 23,220	X	da 5ª



(3) A trómisca, que contém pedra britada e areia grossa, para a construcção do bloco.

um volume de agua pura é igual ao volume do corpo. Se P é o peso do corpo, tem-se a densidade:

$$D = \frac{P}{V}$$

A densidade dos vapores, por exemplo, é assim constata-da:  $(p-p')(1-at) 760 = 0,001293 V (1+Kt) H (1+at)$

Donde se conclue:  $t = \frac{0,001293 V (1+Kt) H (1+at)}{(p-p')(1-at) 760 - 0,001293 V (1+Kt) H (1+at)}$

t é a temperatura exterior T a temperatura do banho, V o volume do banho, H a pressão atmospherica, K e o co-efficientes da dilatação do vidro e do sr. e cujas p e p' são dados pelos pesos

balão + ar + p  
+ vapor + p'  
No methodo de MEYER, dá o resultado seguinte:

$$D = \frac{H}{p \times 760 (1+at)}$$

O methodo de BERNER, baseado na lei de GRAHAM, é o seguinte:

$$t = K \sqrt{\frac{p}{\rho}}$$

sendo D a densidade do ar. Repetido-se essa mesma ex-periencia com outro gaz do

de é lavado, passando em seguida para uma caixa composta de duas tampas em sem circulo, que, rodando durante dois minutos, o mistura bastante com o cimento Portland.

Então essa caixa abre-se e deixa cair a mistura em uma grande caixa de madeira, com a frente do bloco que é necessario fabricar-se.

Esses blocos são providos de calures que facilitam o seu transporte.

A argamassa de cimento chamo-se com 2 a 40 kilogramas de cimento de Portland por metro cubico de areia.

A betoniera é do systema Franchot, o tipo mais moderno que existe.

O BERTON, cuja homogeneidade e resistencia permitta de diminuir as dimensões estruturais ordinariamente a construcções, constituem monolithos, tão fortes são.

Os blocos communsmente empregados nas construcções de estacas, abutimentos, etc. é fabricado de 20 partes de areia, 4 de cal e 1 de cimento.

A trómisca que nos referimos, é de madeira e endossada da lego ao começo das grandes armazens que ali existem. (Fig. 3.)

OLIVEIRA JUNIOR

Ao final de 1913, o *Eco do Sul* publicaria mais uma edição especial alusiva à Barra, voltando a colocar fotografias a ilustrar suas páginas. Tratava-se de matéria intitulada “Uma visita às obras da Barra”, narrando tal episódio, proporcionado por representante da empresa que estava construindo o Porto e abrindo a Barra, levando até o local dos trabalhos membros do alto comércio, indústria, imprensa, médicos, advogados, engenheiros, funcionários públicos, capitalistas, ou, em síntese, nas palavras da folha, os “representantes mais qualificados” da sociedade rio-grandina. O grupo deslocou-se até o local das obras e pôde conviver epidermicamente com a grandeza do empreendimento. A matéria descrevia em minúcias o quadro vislumbrado. A visita foi acompanhada de lanches, banquetes e discursos. Concluindo a matéria, o periódico destacava a festa proporcionada à sociedade local junto às obras da Barra, as mais importantes das que se estava a fazer em todo o mundo<sup>26</sup>.

Em abril de 1914, um texto eminentemente técnico foi publicado no *Eco do Sul*, visando a dar uma versão modernizadora para o empreendimento que estava sendo elaborado na Barra, apontando algumas das limitações no sistema proposto, mormente porque os projetos até então entabulados não tinham levado em conta dois aspectos considerados fundamentais, ou seja, o fato de salgarem-se mais ou menos todos os anos as águas das lagoas dos Patos e Mirim e o fenômeno da evaporação das águas em relação à superfície das lagoas, constituindo-se estes em dois elementos que poderiam

---

<sup>26</sup> ECO DO SUL. Rio Grande, 8 dez. 1913.

trazer variações nos resultados até então apontados por aqueles que atuaram na planificação das obras<sup>27</sup>.

Como já ocorrera nos dois anos anteriores, ao final de 1914 o *Eco do Sul* mais um vez faria um balanço acerca das obras em execução, dessa vez mas na forma de editorial, apontando também as providências ainda por tomar. Anunciava que ofereceria aos seus leitores uma agradável notícia com relação às gigantescas obras da Barra do Rio Grande, assunto que de perto tocava os mais lúdimos interesses não da cidade e do estado, mas de todo o país. Descrevia que os trabalhos prosseguiam com a possível rapidez, já tendo produzido o esperado e desejado efeito dos molhes, podendo os navios de seis metros de calado atravessar o banco da Barra, pois a profundidade existente era, no mínimo, de 6,60 metros abaixo do nível médio do mar. Afirmava que se estava a esperar a obtenção de resultados superiores a esses com brevidade, pois os molhes já atingiam a extensão precisa e pouco a pouco a profundidade iria aumentando. O jornal concluía o editorial destacando que a Companhia Francesa não pouparia esforços, quaisquer que fossem, a fim de chegar a um resultado definitivo, assegurando dessa forma ao Porto rio-grandino a possibilidade da entrada de navios de grande calado, o que importaria em um fato para todos deveras transcendente<sup>28</sup>. Já em janeiro de 1915, era constatado o aumento da profundidade na Barra, considerando-se que tal fato vinha muito em abono do êxito que a Companhia Francesa esperava obter com a construção dos molhes de

---

<sup>27</sup> ECO DO SUL. Rio Grande, 30 abr. 1914.

<sup>28</sup> ECO DO SUL. Rio Grande, 28 dez. 1914.

pedra<sup>29</sup>. Uma avaliação dos serviços portuários prestados no Brasil em 1915 fazia referência ao Rio Grande do Sul, considerando-o entre todos os portos nacionais o de mais difícil acesso até a realização das obras, as quais deveriam concorrer para o desenvolvimento do comércio e da indústria do estado do extremo sul, o qual era um dos que mais tinha progredido na conjuntura da União<sup>30</sup>.

Em todo o processo histórico decorrido desde a aspiração até a concretização da “questão magna” rio-grandina, o dia 1.º março de 1915 ganharia especial significância, tornando-se uma data-chave, pois foi quando chegou ao Porto do Rio Grande o navio-escola *Benjamin Constant*, que veio dos portos do sul em viagem de instrução<sup>31</sup>. Era um passo decisivo em direção a vencer-se o óbice da “barra diabólica” e a decisiva ampliação das possibilidades de acesso à marítima comunidade. A chegada do navio passaria a dominar as notícias e refletiria a retomada de um espírito altamente otimista junto à comuna portuária. Parecia a comprovação final da frase de Silveira Martins que já se tornara verdadeiro chavão popular: “a Barra não tem querer”.

Nesse sentido, a notícia de que o navio conseguira transpor, com toda felicidade e em o menor inconveniente, a Barra do Rio Grande, causou em todas as rodas a mais agradável impressão. Constituía, assim, um fato que demonstrava à evidência o adiantamento dos trabalhos das obras da Barra e, desfazendo temores

---

<sup>29</sup> ECO DO SUL. Rio Grande, 20 jan. 1915.

<sup>30</sup> ECO DO SUL. Rio Grande, 11 fev. 1915.

<sup>31</sup> ECO DO SUL. Rio Grande, 2 mar. 1915.



pessimistas, dava a mais fundada esperança de ver completamente terminada, brevemente, essa grandiosa empresa, pois com ela teria o Rio Grande do Sul a enorme satisfação de ver realizada a sua mais justa e legítima aspiração<sup>32</sup>. O episódio acabaria por tornar-se

---

<sup>32</sup> ECO DO SUL. Rio Grande, 8 mar. 1915. Assim o jornal se pronunciava: A Barra não tem querer... Durante quantos anos essa afirmação do tribuno não passou de uma simples frase! A terrível gargalheira que sufocava o Rio Grande estreitava-se cada vez mais, e cada nova tentativa para rompê-la surgia de antemão votada a um novo fracasso que se iria inscrever na longa lista dos insucessos passados. A Barra rebelde zombava de todas as energias e parecia querer afirmar, a todas as horas, a todos os instantes, que só obedecia a uma vontade: a das suas pérfidas areias e das suas ondas eternamente em fúria. Foi tão grande a série de desenganos, tão dolorosa a luta, que já se podia considerar como generalizada, não há muitos anos, a convicção de que a abertura da Barra do Rio Grande estava fora dos limites das coisas realizáveis. E mesmo recentemente, quando se anunciava que as obras prosseguiam galhardamente e que a Barra não tardaria a ser dominada, pela energia vitoriosa do homem, não eram poucos os que sacudiam a cabeça, num gesto pessimista de dúvida. Para esses, deve ter sido uma grande, uma profunda surpresa a notícia de que o *Benjamin Constant* transpusera a Barra, sem o menor incidente. Mas mesmo esses, mesmo os que ainda ontem duvidavam, mesmo os que continuarão a duvidar, ainda, amanhã, porque são talvez, da classe dos piores cegos, mesmo esses não se podem ter furtado à satisfação enorme que a todos trouxe a notícia alvissareira. É que a velha aspiração do Rio Grande do Sul, a sua mais cara e mais justa aspiração parece, enfim, em caminho da mais perfeita realização. O que a execução desse empreendimento representará na evolução econômica do estado não é preciso

mais um catalisador da memória coletiva, pois foram vários os históricos levantados através do jornalismo que buscavam lembrar o desenrolar dos acontecimentos até aquele momento. O outro destaque ficava por conta da grandiosidade das obras, descritas às minúcias. A cidade estava em festa, de modo que a entrada, a permanência no Novo Porto e, finalmente, a saída do navio-escola consistiriam em oportunidades de se promover atividades comemorativas. Em síntese, dizia-se que com razão o patriotismo rio-grandense alvorotara-se, cantando hinos de glória a essa vitória extremamente desejada e por cuja realização se vinha lutando havia

---

destacar aqui. Toda uma nova era que começa, todo um novo horizonte sem confins se rasgará ante o Rio Grande do Sul, escancarando-lhe as portas da prosperidade. O grande tribuno tinha razão. E ainda quando a má vontade, jogo dos interesses e das intrigas, se aliaram à natureza pérfida, para levantar a todo passo novos obstáculos à realização da empresa que havia de libertar-nos da nossa escravidão econômica, as suas palavras guardaram o seu fundo profético, anunciando a realidade próxima. Tudo nos leva a crer, hoje, que a grande obra será dentro em breve um fato. Não será a menos profícua das suas consequências haver eliminado um pretexto com que muitas vezes procurávamos explicar os nossos males, lançando à conta da Barra o que era, não raro, fruto apenas da indolência com que nos íamos deixando ficar num voluntário retardamento. Aberta a Barra, nem aquela nem este serão mais toleráveis. E só então, quando da abertura da Barra houvermos tirado todas as vantagens que é lícito esperar, se soubermos querer, só então poderemos com justificado orgulho inscrever no granito dos molhes assentados longe, em pleno oceano, a desafiar-lhe a cólera impotente, as palavras proféticas: A Barra não tem querer!

dezenas de anos, uma vez que a abertura da Barra era a aspiração maior do povo gaúcho<sup>33</sup>.

O ufanismo permaneceria presente na cidade portuária, ocorrendo inclusive visitas ao lugar dos trabalhos. Um desses visitantes considerava a desobstrução como a vitória da engenharia brasileira, glorificando a figura de Honório Bicalho, enaltecia a ação da Companhia Francesa e de vários homens públicos brasileiros que teriam contribuído com a obra, e colocava os rio-grandenses à altura dos maiores povos que tinham destaque em trabalhos hidráulicos. Considerando a desobstrução da Barra como verdadeira obra de arte, afirmava o visitante que o Rio Grande poderia orgulhar-se de possuir o mais notável Porto do mundo, não pela grandeza do seu movimento comercial, mas pela assombrosa grandeza das obras realizadas pela engenharia, para torná-lo acessível a todos os calados da marinha mercante europeia e americana<sup>34</sup>.

O mês de novembro de 1915 seria outro a ser incluso no rol das datas marcantes à memória e à cultura portuária rio-grandina. Foi no dia 15 do citado mês, não por coincidência, marcado pelas comemorações da proclamação da República, que se daria a inauguração do Novo Porto. Mas, antes disso, as festividades já começavam a ser preparadas, sendo confirmada a realização da inauguração ainda no início do mês, e, alguns dias depois, a Associação Comercial mandaria imprimir cartões-postais para serem distribuídos,

---

<sup>33</sup> ECO DO SUL. Rio Grande, 9 mar.1915; ECO DO SUL. Rio Grande, 10 mar. 1915.

<sup>34</sup> ECO DO SUL. Rio Grande, 12 maio 1915.

alusivos à abertura da Barra e à inauguração do novel estabelecimento portuário<sup>35</sup>.

Esse 15 de novembro, em relação ao Novo Porto, foi considerado como a culminância de um melhoramento que satisfazia a aspiração magna do Rio Grande, e esse espírito ficou demarcado nos discursos proferidos na ocasião. Em um deles, afirmava-se que de parabéns para a cidade e para o estado era aquele momento, que marcava o ponto de partida de uma era nova para a continuação do desenvolvimento da sua atividade intelectual, industrial e comercial, uma vez que se teria chegado à realização da maior parte de uma das mais justas aspirações do Estado do Rio Grande e da cidade homônima, cujo esforçado empenho em progredir era a cada passo contrariado pelos obstáculos que se antepunham à sua franca expansão, pela falta da segura comunicabilidade com o exterior e dos elementos essenciais ao rápido desembaraço da navegação que demandava o seu Porto<sup>36</sup>.

Segundo as autoridades públicas, aquela obra constituía um feito que serviria ao futuro da sociedade, pois tantos desejos e esforços congregados para conjurar esses óbices e assegurar o patriótico intento pelo qual aspirava ardentemente o Estado do Rio Grande do Sul, desde mais de meio século, não poderiam deixar de produzir o sucesso afortunado que à geração daquele tempo era dado presenciar e constituiria, além dos benéficos resultados que lhe seria dado fruir, patrimônio garantidor do engrandecimento das gerações por vir. De acordo com essa concepção, essas gerações restituiriam

---

<sup>35</sup> ECO DO SUL. Rio Grande, 11 nov. 1915.

<sup>36</sup> ECO DO SUL. Rio Grande, 17 nov. 1915.

em afetuosos agradecimentos os benefícios que recebessem, como aos antepassados faziam os homens daquele tempo pelo que eles legaram, de modo que os governantes da nação e do estado, a quem coubera a missão de presidir os destinos deste grande país, desde o início dos trabalhos da construção do Porto e durante o tempo da execução dos mesmos, constituíam os predestinados, continuadores dos estadistas de outras épocas, a receber as bênçãos de glória, de que eram também credores aqueles beneméritos<sup>37</sup>. Os representantes do poder público lembravam também o papel dos empreendedores franceses que haviam entabulado a obra, dedicando-lhes calorosos aplausos e enaltecendo os trabalhos de tanta magnitude confiados à Companhia Francesa e os reiterados esforços de seus dignos engenheiros e auxiliares, cuja persistência e comprovada capacidade foram coroadas de tão feliz êxito. O dia escolhido pela Companhia para a solenidade foi elogiado, declarando-se que a escolha que a digna firma fizera da data consagrada à comemoração da pátria republicana brasileira, para a inauguração do Porto, seria uma homenagem que mereceria desvanecidos agradecimentos e que bem traduzia os seus elevados sentimentos de civismo<sup>38</sup>.

Na mesma ocasião, um representante da Companhia Francesa também se fez manifestar, associando a abertura da Barra e a inauguração do Porto, ao afirmar que o acontecimento daquele dia assinalaria a maior data no desenvolvimento da cidade e também seria um dos mais notáveis nos anais da prosperidade de

---

<sup>37</sup> ECO DO SUL. Rio Grande, 17 nov. 1915.

<sup>38</sup> ECO DO SUL. Rio Grande, 17 nov. 1915.

todo o estado, porque ele consagrava também a abertura da Barra. Detalhava que, nove meses antes, o navio-escola *Benjamin Constant* atravessara a Barra, com grande satisfação dos habitantes citadinos rio-grandenses, vindo assim demonstrar aos mais incrédulos que o grande Gaspar da Silveira Martins tinha razão quando dizia: “A barra não tem querer”. Mantendo a linha ufanista, o funcionário da empresa concluía, afirmando que a Barra obedecera às leis da hidráulica, a natureza fora vencida na luta havia tanto travada, e destacando que a fé absoluta no sucesso da obra – uma das mais belas entre as obras marítimas de todo o mundo – constituía uma glória comum para o Brasil que a projetou e para a França que a executou com concurso de seus capitalistas, que tiveram tanta confiança, e com os seus engenheiros no sucesso do grande empreendimento<sup>39</sup>.

A inauguração do Porto foi também comentada pela mais longeva folha rio-grandina, o *Eco do Sul*, que noticiava a cerimônia que estaria a demarcar um fato cujas vantagens para a vida comercial da cidade seriam incalculáveis. Utilizando inclusive fotografias, o jornal buscava demarcar a vitória do homem sobre a natureza, explicando que aqueles *clichês* publicados por ocasião de “grande reportagem” que fizera, em 1912, sobre todas as obras do Porto e da Barra, alguns dos quais voltavam às suas páginas, serviam para bem se poder avaliar que aqueles charcos, ilhotas e tremedais de lama desapareceram graças ao esforço tenaz e titânico dos franceses, a quem se devia a glória dessa ousada tentativa, merecendo os mais entusiásticos parabéns pela realização definitiva das aspirações rio-grandenses,

---

<sup>39</sup> ECO DO SUL. Rio Grande, 17 nov. 1915.

vindo a trazer um adiantamento e progresso incalculáveis<sup>40</sup>.

A secular aspiração dos rio-grandinos desembocaria na concretude daqueles atos de 1915. A chegada do *Benjamin Constant*, demarcando a desobstrução do acesso litorâneo e a inauguração do Novo Porto seriam potencializadas como datas magnas na construção de uma memória coletiva em torno do tema e alocadas como episódios de relevância crucial na elaboração de uma cultura identitária no Rio Grande, ainda mais em uma época na qual a comemoração apropriava-se de novos instrumentos de suporte, exercendo um grande domínio em que a política, a sensibilidade e o folclore se misturavam nas construções memoriais<sup>41</sup>. O *Eco do Sul*, através de suas matérias especiais editadas entre 1912 e 1915 contribuiria muito a contento com o registro dessa memória do Porto e da Barra do Rio Grande<sup>42</sup>.

---

<sup>40</sup> ECO DO SUL. Rio Grande, 13 nov. de 1915.

<sup>41</sup> LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 3.ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994. p. 465-466.

<sup>42</sup> Publicado originalmente em: *Anais do Simpósio Internacional - Porto do Rio Grande: história e cultura portuária*. Porto Alegre: CORAG, 2008. p. 273-293.







## COLEÇÃO RIO-GRANDENSE

A **Cátedra CIPSH (Conseil International de la Philosophie et des Sciences Humaines/UNESCO) de Estudos Globais da Universidade Aberta** e a **Biblioteca Rio-Grandense** reuniram esforços para editar a *Coleção Rio-Grandense*. Mais meridional unidade político-administrativa brasileira, o Rio Grande do Sul, tem uma formação preta em peculiaridades em relação às demais regiões do Brasil, estabelecendo-se uma sociedade original em vários de seus fundamentos. Da época colonial à contemporaneidade, a terra e a gente sul-rio-grandense foram edificadas a partir da indelével posição fronteiriça, resultando em verdadeira amálgama entre os condicionantes luso-brasileiros e platinos. A *Coleção Rio-Grandense* tem por intento fundamental a divulgação da produção intelectual acerca de variadas temáticas versando sobre o Rio Grande do Sul, com preferência para as abordagens de natureza cultural, histórica e literária.



UNIVERSIDADE  
**AbERTA**  
www.uab.pt

**Cátedra CIPSH  
de Estudos Globais**  
2020-2025



**BIBLIOTECA  
RIO-GRANDENSE**



**ISBN: 978-65-5306-077-7**